



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA -
MESTRADO PROFISSIONAL**

ÉDER MENDES PINTO

**O SILÊNCIO DOS EDITAIS: DIAGNÓSTICO DAS DIFICULDADES DE ACESSO À
INFORMAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E DEFERIMENTO EM EDITAIS DA
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

MONTES CLAROS/MG

2026

ÉDER MENDES PINTO

O SILÊNCIO DOS EDITAIS: diagnóstico das dificuldades de acesso à informação para inscrição e deferimento em editais da assistência estudantil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – *Campus* Montes Claros, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Lillian Gonçalves de Melo

MONTES CLAROS/MG

2026

Pinto, Éder Mendes.

P659s O silêncio dos editais: diagnóstico das dificuldades de acesso à informação para inscrição e deferimento em editais da assistência estudantil / Éder Mendes Pinto; orientadora, Lillian Gonçalves de Melo. – Montes Claros, 2026.

109 f.

Dissertação (mestrado profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Campus Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Montes Claros, 2026.

Inclui referências.

1. Assistência estudantil. 2. Educação profissional e tecnológica. 3. Permanência e êxito. 4. Políticas públicas educacionais. I. Melo, Lillian Gonçalves de. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. III. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. IV. Título.

CDD: 370

Ficha catalográfica: Carlos Alexandre de Oliveira – CRB 2762
Núcleo de Biblioteca – IFNMG Campus Montes Claros



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

FOLHA DE APROVAÇÃO

ÉDER MENDES PINTO

Dissertação

O SILÊNCIO DOS EDITAIS: diagnóstico das dificuldades de acesso à informação para inscrição e deferimento em editais da assistência estudantil

Produto Educacional

Assistência Estudantil no IFNMG: seu passo a passo para se inscrever

Dissertação e Produto Educacional apresentados ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – *Campus Montes Claros*, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 10 de abril de 2026

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a). Lillian Gonçalves de Melo
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
Orientadora

Prof(a). Dr(a). Iza Manuella Aires Cotrim Guimarães
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
Membro Interno - ProfEPT

Prof(a). Dr(a). Ana Alves Neta Barbosa
IFNMG/Campus Januária
Membro Externo - ProfEPT

Prof(a). Dr(a). Adriana Regina Corrent
IFRS/Campus Rolante
Membro Externo - ProfEPT



Documento assinado eletronicamente por **Lillian Gonçalves de Melo, Diretor(a) da Diretoria de Ensino**, em 28/04/2026, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Alves Neta Barbosa, Professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 28/04/2026, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iza Manuella Aires Cotrim Guimaraes, Professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 29/04/2026, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Regina Corrent, Usuário Externo**, em 30/04/2026, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifnmg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2577034** e o código CRC **08DCDB13**.

Dedico este trabalho à minha esposa, pelo apoio, incentivo e compreensão ao longo dessa trajetória; ao meu pai, que, com sua simplicidade e valores, ensinou-me a importância da perseverança; e à minha mãe, cuja determinação em concluir os estudos, reforçou em mim a crença no poder transformador da educação. A vocês, base da minha história, dedico esta conquista com profunda gratidão e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela força e pela oportunidade de chegar até aqui, conduzindo meus passos e me sustentando ao longo desta caminhada.

À minha esposa, Juliana, pelo amor, companheirismo, compreensão e incentivo constante para que eu não desistisse dos meus sonhos. Seu apoio foi fundamental em todos os momentos dessa trajetória.

Às minhas filhas, Valentina e Antônia, que são fonte de alegria, inspiração e sentido em minha vida. Vocês foram motivação diária para que eu seguisse em frente e perseverar nesta caminhada.

Aos meus pais, Geraldo e Helena, que, com muito esforço, trabalho e dedicação, sempre valorizaram a educação e incentivaram os filhos a estudarem. Vocês são a base da minha formação e da minha história.

Aos meus irmãos e irmã, cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas e demais familiares, pelo carinho, apoio e incentivo ao longo desta trajetória.

À minha orientadora, professora Lillian Gonçalves de Melo, pela orientação atenta, pela paciência, dedicação e pelas valiosas contribuições, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores do PROFEPT, pelos ensinamentos, pelas reflexões e pelas discussões acadêmicas que contribuíram significativamente para minha formação ao longo do curso.

Aos colegas de turma do PROFEPT, pela convivência, pelas trocas de experiências, pelo apoio mútuo e pelos momentos de aprendizado compartilhado ao longo desta jornada.

Aos meus colegas de trabalho, pela compreensão, apoio e colaboração, que foram importantes para que eu pudesse conciliar as atividades profissionais com as exigências do mestrado, contribuindo para a conclusão desta dissertação.

A todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica desde as séries iniciais, pois cada um, à sua maneira, contribuiu para minha formação e para que eu chegasse até este momento.

Aos amigos e amigas que incentivaram, apoiaram e contribuíram durante esta caminhada no mestrado.

Por fim, agradeço a todos que fizeram parte desta conquista e contribuíram para a realização deste trabalho.

“[]O ser humano não nasce humanizado. Ele se forma humano. Necessita [] aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do ser humano é, ao mesmo tempo, a formação do humano, isto é, um processo educativo”.

Dermeval Saviani, Educação, pedagogia histórico-crítica e BNCC (2025)

RESUMO

A presente pesquisa, fundamentada na análise do processo histórico da educação brasileira, aborda sobre os desafios atrelados à permanência e ao êxito escolar. Nesse cenário, ressalta-se a importância das políticas públicas de assistência estudantil enquanto instrumentos indispensáveis para a mitigação das desigualdades educacionais. A partir dessa premissa, este estudo teve como objetivo central investigar e compreender as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes dos cursos presenciais do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – Campus Pirapora durante o processo de inscrição nos editais de Assistência Estudantil. Este estudo encontra-se vinculado à linha de pesquisa "Organização e memórias de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)", integrando especificamente o Macroprojeto 6, denominado "Organização de espaços pedagógicos da EPT". Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e de caráter descritivo, caracterizado como uma pesquisa aplicada. Para a devida fundamentação teórica, adotaram-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A coleta de dados ocorreu por meio de uma pesquisa de campo, operacionalizada mediante a condução de um grupo focal com discentes regularmente matriculados na modalidade de ensino presencial da referida instituição. A EPT, nesse contexto, é compreendida como um espaço estratégico e privilegiado para a análise pormenorizada dos entraves vivenciados pelo corpo discente no acesso às políticas institucionais. Os dados oriundos do grupo focal foram examinados por meio da técnica de análise de conteúdo, viabilizando a identificação, a categorização e a sistematização dos principais desafios relatados pelos participantes. Os resultados alcançados evidenciaram que as dificuldades experimentadas pelos estudantes transcendem os meros entraves operacionais, revelando a presença marcante de barreiras informacionais, tecnológicas e comunicacionais. Dentre os obstáculos mais expressivos, destacam-se a complexidade da linguagem adotada nos editais oficiais, as dificuldades intrínsecas ao uso da plataforma digital de inscrições, além de evidentes limitações na ampla divulgação das informações por parte da instituição. Concluiu-se que tais limitações de ordem estrutural comprometem significativamente o direito à permanência e ao êxito escolar, reafirmando a necessidade premente de adoção de estratégias mais acessíveis. Como resposta propositiva a essa problemática, foi desenvolvido o produto educacional intitulado "Assistência Estudantil no IFNMG: Seu Passo a Passo para se Inscrever", cuja produção foi custeada pelo Edital nº. 631, de 26 de julho de 2024 - Financiamento de Taxas de Bancada para Orientadores(As) em Programas de Pós-Graduação Stricto-Sensu - Propri - IFNMG. Este consiste em um guia de formato audiovisual, concebido com o fito de orientar didaticamente os estudantes ao longo de todo o processo de inscrição. Por fim, espera-se que as reflexões desta pesquisa contribuam de maneira efetiva para o aperfeiçoamento contínuo das políticas de assistência, fornecendo subsídios para a formulação de estratégias mais inclusivas e eficazes. Desse modo, buscou-se propor alternativas práticas que fortaleçam a equidade no acesso aos auxílios, otimizem os fluxos internos de gestão do IFNMG/Pirapora e fomentem reflexões profícuas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica em outras instituições de ensino.



Palavras-chave: Assistência Estudantil. Educação Profissional e Tecnológica. Permanência e Êxito. Políticas Públicas Educacionais.

ABSTRACT

This research, grounded in an analysis of the historical development of Brazilian education, addresses the challenges associated with student retention and academic success. Within this context, it highlights the importance of public student assistance policies as indispensable instruments for mitigating educational inequalities. Based on this premise, the central objective of this study was to investigate and understand the main difficulties faced by students enrolled in on-site programs at the Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – Pirapora Campus during the application process for Student Assistance calls. This study is linked to the research line “Organization and memories of pedagogical spaces in Professional and Technological Education (PTE),” specifically integrating Macroproject 6, entitled “Organization of pedagogical spaces in PTE.” From a methodological standpoint, this is a qualitative, descriptive study characterized as applied research. For its theoretical foundation, bibliographic research and document analysis were employed. Data collection was carried out through field research, operationalized by conducting a focus group with students regularly enrolled in face-to-face education at the aforementioned institution. In this context, Professional and Technological Education (PTE) is understood as a strategic and privileged space for a detailed analysis of the barriers experienced by students in accessing institutional policies. Data obtained from the focus group were analyzed using content analysis techniques, enabling the identification, categorization, and systematization of the main challenges reported by participants. The findings revealed that the difficulties experienced by students go beyond mere operational obstacles, highlighting the significant presence of informational, technological, and communicational barriers. Among the most prominent challenges are the complexity of the language used in official calls, the inherent difficulties related to the use of the digital application platform, and evident limitations in the broad dissemination of information by the institution. It was concluded that such structural limitations significantly compromise the right to student retention and academic success, reinforcing the urgent need to adopt more accessible strategies. As a propositional response to this issue, an educational product entitled “*Student Assistance at IFNMG: Your Step-by-Step Guide to Applying*” was developed, funded by Notice No. 631, dated July 26, 2024 – Funding for Research Support Grants for Advisors in Stricto Sensu Graduate Programs – Proppi – IFNMG. This product consists of an audiovisual guide designed to provide clear and didactic guidance to students throughout the entire application process. Finally, it is expected that the reflections presented in this study will effectively contribute to the continuous improvement of student assistance policies, providing support for the formulation of more inclusive and effective strategies. Thus, the study sought to propose practical alternatives to strengthen equity in access to assistance, optimize internal management processes at IFNMG/Pirapora, and foster meaningful reflections within the field of Professional and Technological Education in other educational institutions.

Keywords: Student Assistance; Professional and Technological Education; Retention and Success; Educational Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista aérea da cidade de Pirapora-----	52
Figura 2 - Ponte Marechal Hermes sobre o rio São Francisco que liga os municípios de Pirapora e Buritizeiro-----	53
Figura 3 – Área de abrangência do IFNMG e a indicação dos campi-----	55
Figura 4 – Área de abrangência do IFNMG-Campus Pirapora-----	56
Figura 5 - Construção do prédio do Campus Pirapora-----	57
Figura 6 - Imagem atual do Campus Pirapora-----	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Alunos atendidos pelo PAAE, 2020 – 2024-----47

LISTA DE ABREVIATURAS

Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFE – Conselho Federal de Educação

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica

CF – Constituição Federal

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFNMG – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

IFs – Institutos Técnicos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

JC – Juventude Comunista

JI – Juventude Integralista

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAAE – Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes

PE – Produto Educacional

PIMA – Programa de Incentivo à Mobilidade Acadêmica

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PROFEPT – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica



TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEDs – Unidades de Ensino Descentralizadas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. TEMA DO TRABALHO E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO DENTRO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	21
3. PROBLEMA INVESTIGADO	24
3.1. Objetivos	24
3.2. Objetivo Geral	24
3.3. Objetivos Específicos.	24
4. JUSTIFICATIVA	25
5. PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO	29
5.1. Fundamentação Epistemológica	29
5.2. EPT e Formação Integral: desafios para superar a dualidade na Educação	29
5.3. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: uma relação dialética	34
5.4. Assistência Estudantil: democratizando o acesso e a permanência na Educação por meio de Políticas Públicas	38
5.5. Política de Assistência Estudantil no IFNMG	43
5.6. A Política de Assistência Estudantil no IFNMG/Pirapora: apontamentos sobre os últimos 5 anos	45
5.7. O município de Pirapora – MG: reflexões sobre o contexto local a ser investigado	51
5.8. O IFNMG Campus Pirapora	53
6. PERCURSO METODOLÓGICO	60
6.1. Fundamentação Metodológica	60
6.2. Local da Pesquisa	61
6.3. Sujeitos da Pesquisa	61
6.4. Critérios Éticos	63
6.5. Descrição dos instrumentos da Pesquisa	64
6.6. Metodologia para Análise de Dados	66
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES	68
7.1. Análise e Discussão Dos Resultados	68
7.2. Contextualização Dos Critérios De Análise	68
7.3. O Processo de Acesso à Política Pública da Assistência Estudantil	69
7.4. A Ferramenta: obstáculos tecnológicos e de suporte	71
7.5. Política Pública de Assistência Estudantil - percepções dos estudantes	74
8. PRODUTO EDUCACIONAL	77
8.1. Descrição e Objetivo	77
8.2. Estrutura do Produto Educacional	78
8.3. Resultados da avaliação do Produto Educacional	81
8.4. Considerações sobre o Produto Educacional	84
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE A: Questionário do Grupo Focal	95

APÊNDICE B: Formulário de Avaliação dos Vídeos sobre a Assistência Estudantil-IFNMG/Pirapora - Estudantes IFNMG/Pirapora-----	97
APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA - TCLE-----	100
APÊNDICE D: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA - TALE-----	105

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) garantem que a educação é um direito social e de todos. A CF traz essa garantia no seu art. 6º e a LDBEN, no art. 3º. Além de dever do Estado e da família, a educação deve ser incentivada com a colaboração da sociedade e, o ensino, fundamentado nos princípios de igualdade (Brasil, 1988, art. 205 e 206). Ambos instrumentos normativos, Brasil (1988) e Brasil (1996) legislam que, para além do acesso à escola, há também o dever de assegurar condições adequadas para o acesso, permanência e conclusão exitosa dos estudantes, ao longo da vida escolar. Contudo, a implementação efetiva desses princípios encontra diversas dificuldades.

Historicamente, como aborda Ramos (2014), a educação brasileira foi marcada por uma divisão entre a formação das elites, que era voltada para a preparação de dirigentes e a formação profissional, que até o século XIX não possuía um modelo educacional estruturado. Esse histórico de desigualdade educacional reflete-se nas dificuldades que persistem até hoje em garantir que as leis vigentes sejam plenamente aplicadas. Tais dificuldades na implantação dessas normativas abarcam a desigualdade de acesso em regiões mais vulneráveis, a falta de recursos adequados nas escolas públicas e a insuficiência de políticas de permanência, o que dificulta a concretização do direito à educação universal e equitativa, conforme prevê a legislação.

A relação entre educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade. Nesse sentido, até o século XIX não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes (Ramos, 2014 p.24).

Ainda segundo Ramos (2014), a criação do Colégio das Fábricas em 1809 marca os primeiros sinais do que podemos caracterizar como o nascimento da educação profissional no Brasil. Nesse sentido, ao longo do século XIX, diversas instituições da sociedade civil surgiram com a oferta de uma educação básica e com iniciação profissional para crianças carentes, como os órfãos e abandonados. Essas

instituições tinham um caráter mais filantrópico, com sentido assistencialista (Ramos, 2014).

Ainda segundo a autora, houve uma mudança de foco na educação profissional brasileira no início do século XX. Antes a preocupação era com o atendimento de órfãos e abandonados e esse enfoque evoluiu e passou a preparar operários para o trabalho profissional, com vistas à formação de mão de obra qualificada. Essa nova fase pode ser exemplificada com a criação de dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, pelo então presidente, Nilo Peçanha.

No contexto dessa desigualdade na educação brasileira é que surgem os Institutos Técnicos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Segundo Castro, Plácido e Medeiros, (2023), os institutos Federais, nasceram da junção de alguns CEFETS, das escolas técnicas federais que possuíam vínculo com as universidades federais e as escolas agrotécnicas federais. Pacheco (2010, p.15) afirma que, “com a criação dos IFs, abandonamos a reprodução de modelos externos de educação e inovamos ao alicerçar tal modelo nas nossas características e necessidades”.

Os centros federais de educação tecnológica (CEFETs), as escolas agrotécnicas federais e as escolas técnicas vinculadas às universidades que aceitaram o desafio, deixaram de existir como tais para se transformarem nos campi dos Institutos Federais espalhados por todo o país, fiadores de um ensino público, gratuito, democrático e de excelência. Em seu Art. 6º, a lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (lei de criação dos Institutos Federais), fala que os Institutos Federais têm como finalidade e características, oferecer educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, com o objetivo de formar e qualificar cidadãos para atuar nos diversos setores da economia, promover a integração e verticalização da educação, desde a educação básica até o ensino profissional e superior, também se configuram como centros de excelência na oferta de ensino de ciências, especialmente nas áreas aplicadas, desenvolvem programas de extensão, de divulgação científica e tecnológica, buscam incentivar a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Além disso, os Institutos Federais, também se dedicam à produção, desenvolvimento e transferência de tecnologias sociais, com especial atenção para aquelas que são específicas à preservação. Com os Institutos Federais iniciamos

uma nova fase. "Houve o abandono do hábito de reproduzir modelos externos e a inovação de balizá-los nas nossas próprias características, experiências e necessidades" (Pacheco, 2010, p. 15).

No entanto, para que os filhos da classe trabalhadora permaneçam, com êxito nos Institutos federais, não é uma tarefa simples, porque há uma profunda desigualdade socioeconômica, que força muitos filhos dessa classe a ingressar no mercado de trabalho antes mesmo de completarem 18 anos (Moura, 2013), ou seja, ao invés desses jovens se concentrarem apenas nos estudos, eles precisam contribuir para o sustento da família.

Nesse sentido, Antunes (2021) afirma que as ações da assistência estudantil desempenham um papel importante na redução das desigualdades sociais no ambiente escolar, proporcionando condições mais igualitárias para os alunos, especialmente aqueles oriundos de famílias da classe trabalhadora e em situação de vulnerabilidade social. Com essa assistência, busca-se favorecer uma formação integral que ofereça ao estudante uma educação profissional e tecnológica de qualidade, com abordagem humanizadora, que possa promover tanto a conclusão do curso quanto a possibilidade de escolha entre continuar os estudos ou ingressar no mundo do trabalho (Antunes, 2021).

Em 19 de julho de 2010, através do Decreto no 7.234, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil - (PNAES), que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (Brasil, 2010), em seu art. 4º, foi assegurado que as ações da assistência estudantil abrangem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Brasil, 2010).

O Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE) do IFNMG está em consonância com as demandas contidas no Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010, que tem como objetivo, no Art. 2, democratizar as condições de permanência dos estudantes, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

O Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE) é uma política pública essencial, que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) Campus Pirapora (Brasil, 2024). Esse programa, além de garantir a

permanência dos estudantes, também busca assegurar o êxito acadêmico dos alunos, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica. No Campus Pirapora, o programa é destinado aos estudantes devidamente matriculados em cursos regulares, na modalidade presencial, cuja renda familiar per capita é de até 1,5 (um e meio) salário mínimo. Entretanto, com a entrada em vigor da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, houve alteração no critério socioeconômico, passando o limite de renda familiar per capita a ser de até 1 (um) salário mínimo vigente. Há três tipos de auxílio financeiro com valores diferenciados, classificados em Permanência I, Permanência II e Permanência III.

Isto posto, esta dissertação, no âmbito do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), é vinculada à linha de pesquisa “organização e memórias de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” e está inserida no Macroprojeto 6 “Organização de espaços pedagógicos da EPT” que abrange projetos que trabalham questões relacionadas à organização e ao planejamento de espaços pedagógicos da gestão da EPT (IFES, 2024).

A pesquisa, com base na experiência profissional dos pesquisadores que acompanham de perto as necessidades dos estudantes, se concentra no Programa de Assistência Estudantil do IFNMG/Pirapora. Adotou-se como objetivo geral: investigar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para realizar a inscrição e terem o deferimento no edital de Assistência Estudantil no IFNMG/Pirapora.

2. TEMA DO TRABALHO E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO DENTRO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), fortalecida no Brasil a partir da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pela Lei nº 11.892/2008, fundamenta-se no princípio da formação humana integral, compreendida como a articulação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Essa concepção rompe com perspectivas estritamente utilitaristas da educação e reafirma o compromisso com uma formação que integra dimensões técnicas e científicas orientadas para a emancipação dos sujeitos.

Nesse horizonte formativo, a garantia de acesso, permanência e êxito dos estudantes constitui elemento estruturante da identidade dos Institutos Federais. Não se trata apenas de ampliar o número de matrículas, mas de assegurar condições concretas para que os estudantes — em sua maioria oriundos das classes trabalhadoras — possam ingressar, permanecer e concluir seus estudos. A permanência, portanto, não se configura como dimensão acessória, mas como parte constitutiva do próprio projeto educativo da EPT.

É nesse contexto que a Assistência Estudantil assume centralidade. Ao articular-se às políticas institucionais voltadas ao enfrentamento das desigualdades históricas, ela materializa o compromisso social da Rede Federal com a democratização das oportunidades formativas. Conforme destaca Back (2019, p. 42), “a assistência estudantil é um direito social conquistado e consolidado, não possuindo relação com práticas de ajuda ou caridade”. Nessa mesma direção, Silva (2021) ressalta que o Programa Nacional de Assistência Estudantil constitui instrumento fundamental para a promoção da inclusão social por meio da educação, pois, ao ofertar auxílios financeiros e apoios relacionados à alimentação e à moradia, contribui para a garantia de condições mais equânimes aos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Assim, compreende-se que os auxílios e ações desenvolvidos no âmbito institucional não se configuram como concessões benevolentes, mas como instrumentos de efetivação do direito à educação, indispensáveis para que a formação integral proposta pela EPT se concretize na trajetória dos estudantes.

Entretanto, apesar de sua relevância social, a efetivação da assistência estudantil no IFNMG/Pirapora enfrenta desafios concretos, entre os quais se

destacam as dificuldades de acesso à informação para realização da inscrição e acompanhamento do deferimento nos editais. Em muitos casos, os estudantes relatam obstáculos para localizar os editais nos portais institucionais, compreender a linguagem utilizada nos documentos oficiais e interpretar corretamente as etapas do processo seletivo. A organização das informações nos sites, a fragmentação das publicações – edital, retificações, resultados parciais e finais – e a ausência de orientações em linguagem acessível configuram-se como barreiras simbólicas e operacionais.

Essa realidade dialoga com a análise de Souza e Barbosa (2025), ao afirmarem que, embora as políticas de assistência estudantil sejam fundamentais para a permanência discente, sua implementação ainda é atravessada por entraves como burocracia excessiva, critérios restritivos e insuficiência de informações acessíveis. Assim, as dificuldades observadas no contexto do IFNMG/Pirapora não se apresentam como situações isoladas, mas como expressão de limites estruturais que comprometem o alcance e a efetividade da política, podendo impactar diretamente a permanência dos estudantes e, em casos mais extremos, contribuir para a evasão escolar.

Soma-se a esse cenário a crescente digitalização dos processos administrativos que, embora represente avanço em termos de organização e agilidade, também produz novas desigualdades. Sistemas eletrônicos de inscrição, exigência de anexação de documentos em formatos específicos e prazos rigorosos demandam competências digitais que nem todos os estudantes dominam plenamente. Problemas técnicos, instabilidade das plataformas e ausência de retorno claro quanto ao envio e à validação de documentos geram insegurança e retrabalho, podendo culminar no indeferimento por inconsistências formais, e não necessariamente pela ausência de critérios socioeconômicos.

Tal problema pode ser compreendido à luz da reflexão de Souza e Barbosa (2025), que destacam a alfabetização digital como condição essencial para a participação plena na sociedade contemporânea, alertando que sua ausência tende a reforçar mecanismos de exclusão. Desse modo, quando os processos de inscrição na Assistência Estudantil se estruturam predominantemente em ambientes digitais, sem o devido suporte formativo e comunicacional, as limitações no domínio das tecnologias podem transformar uma política de inclusão em mais um fator de

desigualdade, restringindo o acesso justamente daqueles que mais necessitam do benefício.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, tais dificuldades assumem contornos ainda mais significativos, considerando que a EPT atende historicamente um público heterogêneo, composto por jovens e adultos trabalhadores, muitos deles egressos de escolas públicas e pertencentes a famílias de baixa renda. Quando o acesso à informação se apresenta de forma restritiva ou pouco didática, corre-se o risco de converter uma política concebida para promover inclusão em um processo excludente. A burocratização excessiva e a comunicação pouco acessível podem, paradoxalmente, reforçar desigualdades que a própria política busca combater.

É nesse cenário que se insere a reflexão de Silva (2021), ao afirmar que a não universalização da Assistência Estudantil evidencia uma contradição inerente à própria política, pois, ao mesmo tempo em que promove inclusão ao oferecer subsídios que viabilizam a permanência e a conclusão dos estudos, também produz exclusões ao instituir editais que selecionam, entre os diversos estudantes em situação de vulnerabilidade, aqueles considerados aptos ao recebimento do benefício. Quando se somam critérios seletivos a barreiras informacionais e procedimentais, intensificam-se as tensões entre inclusão e exclusão, sobretudo em um contexto como o da EPT, marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas.

Diante disso, discutir as dificuldades de acesso à informação para inscrição e deferimento em editais da Assistência Estudantil implica reconhecer que o direito à permanência não se esgota na existência formal da política. É necessário que os fluxos comunicacionais sejam inclusivos, considerando as especificidades do público atendido. A democratização da informação torna-se, portanto, condição fundamental para a democratização do acesso aos benefícios.

Assim, as dificuldades de acesso à informação evidenciam que a assistência estudantil não depende apenas da existência da política, mas da forma como ela é comunicada, operacionalizada e compreendida pelos estudantes.. Garantir que todos os estudantes compreendam como se inscrever, quais documentos apresentar, como acompanhar resultados e o que significa ter a inscrição deferida ou indeferida não é apenas uma questão administrativa, mas um compromisso ético e político com a formação integral e com a justiça social.

3. PROBLEMA INVESTIGADO

Quais dificuldades são enfrentadas pelos estudantes do IFNMG/Pirapora no processo de inscrição e deferimento nos editais da Assistência Estudantil nos últimos 5 anos (2020 a 2024)?

3.1. Objetivos

3.2. Objetivo Geral

- Investigar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para realizar a inscrição e obter o deferimento no edital de Assistência Estudantil no IFNMG/Pirapora.

3.3. Objetivos Específicos.

- Contextualizar a relação entre o Programa Nacional de Assistência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil do IFNMG-Campus Pirapora;
- Identificar as principais dificuldades dos estudantes no acesso, submissão e deferimento aos editais de Assistência Estudantil;
- Discutir como os processos institucionais e as estratégias de comunicação do IFNMG/Pirapora impactam as barreiras vivenciadas pelos estudantes durante os trâmites do edital;
- Desenvolver um produto educacional, com linguagem acessível, para facilitar o acesso às informações relacionadas à inscrição e obtenção do deferimento no programa de Assistência Estudantil a partir das dificuldades apresentadas pelos participantes neste projeto.

4. JUSTIFICATIVA

No contexto educacional brasileiro, é reconhecida a importância de políticas de assistência estudantil como ferramentas estratégicas para garantir a permanência e o êxito dos estudantes, especialmente em regiões marcadas por desigualdades sociais e econômicas. O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) é uma instituição que desempenha um papel importante na promoção da educação pública e gratuita ao oferecer oportunidades de formação profissional e tecnológica para jovens e adultos de toda a microrregião de Pirapora que é distribuída por 10 municípios.

O campus-Pirapora oferece vários programas que buscam atender as demandas dos alunos vulneráveis socialmente, no entanto, o mais procurado é o de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE). Este programa, oferece auxílios financeiros que são classificados em: a) Auxílio Permanência I, Auxílio Permanência II e Auxílio Permanência III. Tais auxílios são ofertados através de um edital de assistência estudantil, que é um instrumento regulador dos auxílios financeiros e seu objetivo é atender aos estudantes em maior situação de necessidade.

Contudo, observa-se que o processo de inscrição e seleção do edital de assistência estudantil apresenta desafios significativos para os discentes. Entre os problemas identificados acredita-se que estejam relacionados às dificuldades diversas que os discentes têm de acessar as informações do edital, as barreiras relacionadas ao uso das tecnologias digitais e a complexidade dos nomes técnicos que o edital possui. Essas questões comprometem a eficácia do programa e geram lacunas entre a demanda de potenciais candidatos e os estudantes efetivamente beneficiados.

Essas dificuldades são recorrentes no IFNMG/Pirapora, onde atuo no cargo de assistente de alunos e sou membro da comissão de assistência estudantil. Durante a execução dos editais, verificamos as dúvidas frequentes dos estudantes quanto aos requisitos exigidos e à forma de preenchimento do formulário, bem como as limitações no envio de documentação comprobatória. Tais dificuldades não apenas inviabilizam a inscrição de muitos alunos, mas também exigem um esforço adicional da comissão para atender a todos de forma adequada, sem prejuízo da qualidade de atendimento aos estudantes no processo seletivo. Compreender as causas e especificidades desses problemas visando propor estratégias para

diminuí-las ou extingui-las é de suma importância para garantir a efetividade da política de assistência estudantil no âmbito do Campus Pirapora.

Nesse contexto, ressaltamos que muitos estudantes desistem de realizar a inscrição devido às dificuldades relacionadas à obtenção dos documentos exigidos e aqueles que conseguem se inscrever, mas com pendências, muitas vezes desanimam ao longo do processo de regularização. Quando o recurso financeiro disponibilizado não é gasto, é necessário redistribuí-los para outros programas, a fim de garantir sua utilização.

No edital de seleção do PAAE, nº 35 de 27 de março de 2024, do Campus Pirapora, 426 alunos se inscreveram ou iniciaram o processo, mas 115 inscrições não foram finalizadas, apenas 311 foram submetidas/enviadas para análise, das quais somente 95 foram deferidas e o restante, 216, foram indeferidas. Os estudantes que tiveram as inscrições indeferidas foram autorizados pela comissão de assistência estudantil a fazerem a complementação da documentação faltante. No entanto, mesmo com a disponibilização para os estudantes complementarem a documentação faltante, 65 alunos ainda tiveram suas inscrições indeferidas por falta de entrega de documentos.

Observa-se uma grande dificuldade dos estudantes em entender as informações do edital e anexar a documentação correta para o processo de seleção do PAAE. Diante disso, é que fiz a escolha de realizar esta pesquisa com os alunos que participam do edital de assistência estudantil, uma vez que é um problema que atinge todos os cursos.

Para que o discente seja atendido pelo programa, é essencial que ele verifique os requisitos para a realização da inscrição no processo de concessão do benefício e, em seguida, envolva a sua família para a correta coleta de todos os documentos dos membros familiares que residem no mesmo domicílio. Porém, devido à diversidade dos arranjos familiares na sociedade atual e o trabalho precarizado que muitos enfrentam, o processo se torna repleto de dúvidas e confusões em relação ao rol de documentação solicitada, principalmente quando envolve trabalhadores informais, membros da família que não possuem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), comprovação da existência de união estável e outros.

É importante ressaltar que, no acervo do observatório do mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), há documentos que versam sobre esse assunto, mas, poucos se dedicaram à análise das barreiras práticas enfrentadas pelos discentes para participar dos processos seletivos do PAAE. Menos ainda são os estudos que se propõem a desenvolver produtos educacionais voltados para a superação dessas barreiras, o que reforça a relevância deste projeto.

Além de preencher uma lacuna na literatura acadêmica, este estudo possui relevância social e institucional inegáveis. A importância institucional está diretamente ligada à melhoria dos fluxos internos e à eficiência administrativa do IFNMG/Pirapora, dado que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes serão mapeadas e o estudo poderá subsidiar a gestão na elaboração de estratégias que otimizem a comunicação e o suporte oferecido aos alunos, bem como potencializam os impactos positivos da assistência estudantil.

A dificuldade em compreender e acessar os processos de inscrição para bolsas permanência não é apenas uma questão burocrática, é um obstáculo ao direito à educação e ao princípio de inclusão social que orienta as políticas públicas de assistência estudantil porque a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes, em situação de vulnerabilidade, não dependem apenas de recursos financeiros, mas também de condições favoráveis para que tais recursos sejam acessados de maneira equânime.

Assim, por meio da investigação das dificuldades enfrentadas pelos estudantes do IFNMG/Pirapora, no processo de inscrição nos editais para as bolsas permanência, buscou-se identificar os principais pontos críticos e foram propostas soluções que possam ser aplicadas não apenas no contexto local, mas também em outros campi do IFNMG. A criação de produtos educativos, como o desenvolvimento de vídeos que expliquem de forma clara e acessível o processo de inscrição, é uma ação de inovação que dialoga diretamente com os desafios contemporâneos da educação inclusiva e tecnológica.

Por fim, destaca-se que este projeto também possui implicações mais amplas para a formulação de políticas públicas no âmbito da assistência estudantil, pois evidenciou as barreiras que dificultam o acesso aos auxílios e propôs alternativas viáveis e replicáveis. O estudo também teve o ensejo de contribuir para debates

mais aprofundados sobre a efetividade e a inclusão nos programas de assistência estudantil em todo o Brasil. Assim, a realização desta pesquisa representa não apenas um avanço acadêmico, mas, de igual modo, um compromisso com a transformação social e a consolidação do direito à educação como um bem público e universal.

5. PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

5.1. Fundamentação Epistemológica

Nesta seção, apresentam-se os preceitos teóricos e os estudos pregressos que fundamentam esta pesquisa. Para tanto, o texto articula reflexões acerca do contexto da instituição campo de estudo, das Políticas Públicas de Permanência e Êxito e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Além disso, discutem-se os fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) atrelados ao direito à educação e à formação profissional, culminando em uma análise sobre os desafios impostos pelo letramento informacional no atual cenário da educação brasileira.

5.2. EPT e Formação Integral: desafios para superar a dualidade na Educação

A formação da força de trabalho no Brasil, durante o período imperial, foi conduzida principalmente por associações religiosas e filantrópicas (Garcia *et al.*, 2018). Nesse contexto, o governo de então demonstrou preocupação em promover a formação obrigatória de trabalhadores em diversos ofícios. Contudo, essa iniciativa não possuía nenhuma preocupação com a formação profissional desses sujeitos; seu principal objetivo era afastar as crianças das ruas e, com isso, impedir que se tornassem desocupadas no futuro.

Para atender a essa população, de acordo com Garcia *et al.* (2018), o governo determinou que os órfãos fossem enviados para as Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes de Marinheiros, com o propósito de formar um contingente profissional para atuar na marinha e na guerra. Após a Proclamação da República, em 1889, essas escolas foram preservadas em alguns estados e funcionaram como base para a criação de uma rede de instituições educacionais profissionalizantes.

Com a implantação do novo regime no país, alguns estados da federação iniciaram esforços para organizar o ensino profissional. No entanto, foi durante o governo do então presidente, Nilo Peçanha, que a educação profissional se consolidou como uma política pública voltada à formação para o trabalho. Por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, Nilo Peçanha instalou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, marcando o início da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil (Garcia *et al.*, 2018).

Ao longo dos anos, o ensino profissionalizante oferecido pela rede federal passou por diversas mudanças de nomenclatura, que refletiam as mudanças no enfoque pedagógico e na abrangência das áreas atendidas. Inicialmente, as instituições eram chamadas de Escolas de Aprendizes e Artífices, posteriormente, foram rebatizadas como Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, e Escolas Técnicas.

Com a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), houve um avanço na direção à formação técnica de nível superior. Atualmente, essas instituições fazem parte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que atendem as demandas tanto do mundo do trabalho quanto do mercado de trabalho ao integrarem formação técnica, científica e tecnológica.

No ínterim, entre 1971 e 1982, o ensino técnico tornou-se obrigatório na educação de nível médio no Brasil, por meio da criação da Lei N. 5.692/71, que colocou como obrigatória a profissionalização do ensino de 2º grau no país:

A Lei no 5.692, de 11 de agosto desse ano, colocou como compulsória a profissionalização em todo o ensino de 2o grau. Essas medidas foram significativas da prática economicista no plano político que, concebendo um vínculo linear entre educação e produção capitalista, buscou adequá-la ao tipo de opção feita por um capitalismo associado ao grande capital. A contradição que aparece nesse quadro, porém, é a crescente função propedêutica do ensino técnico contrapondo-se ao propósito contenedor de acesso ao Ensino Superior (Ramos, 2014 p. 30).

A Lei 5.692/71 foi criada com dois objetivos principais: atender à crescente demanda por técnicos de nível médio e reduzir a pressão sobre o ensino superior (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

O discurso que justificava a formação de técnicos baseava-se na alegada "escassez de técnicos" no mercado de trabalho e na necessidade de evitar a "frustração dos jovens" que não conseguiam ingressar nas universidades ou no mercado de trabalho por falta de qualificação profissional. A proposta de solução foi pela "terminalidade" do ensino técnico (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005 *apud* Oliveira, 2024).

No entanto, houve resistência de alunos e famílias que viam as escolas secundárias, características específicas para o ensino superior, além da pressão recebida da burocracia estatal, das instituições de formação profissional e dos empresários de ensino. Isso resultou na reconfiguração dos currículos e,

posteriormente, na flexibilização trazida pelo parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) n.º 76/75, que permitia a oferta de cursos sem habilitação técnica.

Por fim, a obrigatoriedade foi revogada pela Lei n.º 7.044/82 e, novamente, emergiu o dualismo estrutural entre a formação geral, voltada para o acesso ao ensino superior, e a formação técnica, destinada à preparação para o mercado de trabalho, como afirma Frigotto, Ciavatta e Ramos, (2005), autores que analisam criticamente esse processo histórico, sem defender a profissionalização compulsória imposta pela legislação anterior.

Mesmo com as mudanças formais na legislação educacional, o dualismo a que se referem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) ainda persistia e está vinculado à distinção nos valores e nos conteúdos da formação, que moldam cada tipo de ensino e podem perpetuar as desigualdades sociais. Não havia mais uma barreira de acesso para aqueles que cursaram o ensino técnico acessarem o ensino superior, mas havia diferenças nos objetivos, nas expectativas e nos currículos dos dois tipos de formação (técnica e propedêutica) que indicavam a persistência de uma divisão em termos de qualidade e conteúdo educativo.

Essa dualidade no ensino, no Brasil, que separa o ensino técnico do propedêutico, reflete um histórico de segregação educacional e está enraizada em uma concepção de educação que atende a diferentes demandas do mercado de trabalho e da sociedade. Por um lado, o ensino técnico é voltado para a formação prática e imediata, a fim de atender às demandas do mercado de trabalho, enquanto o ensino propedêutico é associado à formação intelectual e ao acesso ao ensino superior, sendo que o ensino técnico é voltado, principalmente, para os filhos da classe trabalhadora.

A escola pública brasileira, consoante Libâneo (2012), é caracterizada por uma "escola do conhecimento" para os ricos, que atende a alunos de classes altas e oferece uma educação de qualidade, e uma "escola do acolhimento social" para os pobres, que atende a alunos de classes baixas e se concentra em funções assistenciais, muitas vezes à custa da qualidade do ensino.

Libâneo (2012) – em seu texto “O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres” – afirma que a dualidade na educação brasileira persiste desde o período imperial e vem se agravando ao longo dos anos, especialmente em decorrência das políticas educacionais implementadas no início dos anos de 1990, a maioria delas

influenciada por diretrizes do Banco Mundial no Brasil. As políticas do Banco Mundial apresentam uma fachada de inclusão e melhoria, mas, na verdade, priorizam apenas aspectos administrativos e de gestão em vez de focar na melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas e, com isso, resultam em ineficiência e má qualidade no sistema escolar, o que afeta, de forma direta, os alunos filhos de famílias da classe trabalhadora (Libâneo, 2012).

De acordo com Ramos (2014), com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República, em 2002, surgiram grandes expectativas de mudanças estruturais na sociedade e na educação, fundamentadas nos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Porém, as transformações esperadas não se concretizaram de forma plena, porque as políticas públicas inovadoras implementadas pelo Estado brasileiro seguiram um caminho marcado por controvérsias, mesmo com o aumento de produções acadêmicas relacionadas às contradições, desafios e possibilidades da educação profissional, especialmente no campo de Trabalho e Educação. Ao contrário, o que ficou evidente foi um descompasso entre as lutas sociais, as propostas governamentais e as ações ou omissões no exercício do poder (Ramos, 2014).

A equipe responsável pelo Ministério da Educação (MEC), no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, estava disposta a trabalhar na perspectiva de reconstrução da política pública para a educação profissional e tecnológica. O próprio documento “Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica” (SEMTEC/MEC, 2003), em consonância com Ramos (2014), trazia um posicionamento bem claro em defesa de uma organização pública e sistêmica da educação profissional.

Dentre as principais recomendações, destacam-se a importância de instituir sistemas práticos de controle e acompanhamento das políticas educacionais, estabelecer as competências e responsabilidades dos entes federativos em relação à educação profissional e, por fim, a necessidade de enfrentar uma privatização crescente do setor, que se manifesta por meio do incentivo a fundações, terceirizações, parcerias, mercantilização de cursos e precarização das condições de trabalho (Ramos, 2014)

Com base no exposto, as principais iniciativas dessa gestão no campo da educação profissional, até então, foram a revogação do Decreto nº 2.208/97, que

permitiu a reintegração curricular entre os ensinos médio e técnico, conforme estabelecido pela LDBEN, e uma reorientação dos recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) para benefício dos segmentos públicos (Ramos, 2014). Não obstante, o que aconteceu após a edição do Decreto n.5.154/2004, que revogou o Decreto nº 2.208/97, não era o que aqueles que sempre lutaram por uma educação pública e de qualidade esperavam, posto que “De uma política consistente de integração entre educação básica e profissional, articulando-se os sistemas de ensino federal e estaduais, passou-se à fragmentação iniciada internamente, no próprio Ministério da Educação” (Ramos, 2014, p. 74).

É de se notar que, a partir da segunda metade do 2º governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram implantadas políticas importantes na direção da educação profissional e tecnológica. Essas políticas buscam a integração entre a educação profissional e o ensino médio, sob uma ótica coerente com a construção teórico-prática de uma educação tecnológica que corresponda à preparação dos sujeitos para a percepção dos fundamentos científico-tecnológicos, socio históricos e culturais da produção moderna. Uma dessas políticas foi o lançamento do Documento-Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), o qual orienta os sistemas de ensino com base no princípio da integração entre trabalho, ciência e cultura.

Outra política foi a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), através do Decreto nº 5.154/2004. Outra medida de relevância foi a incorporação dos termos do Decreto nº 5.154/2004 na LDBEN, por meio da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Essa emenda na LDBEN altera dispositivos da Lei nº 9.394/96 para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Pode-se mencionar, ainda, o Programa Brasil Profissionalizado, que tem os sistemas estaduais como foco e visa apoiá-los na implantação da educação profissional integrada ao ensino médio, instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. É pertinente citar a expansão da rede federal de educação tecnológica através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia, a partir dos CEFETs e Escolas Técnicas, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Ramos, 2014).

Essas políticas públicas foram importantes porque buscam ofertar uma educação profissional comprometida com a formação humana integral, a qual implica a superação do ser humano fragmentado pela divisão social do trabalho. Como formação humana, “o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (Ramos, 2014, p. 86)

Ramos (2014), em diálogo com os estudos de Ciavatta (2005), questiona o significado de integrar no contexto da formação integrada. Em relação ao ensino médio integrado à educação técnica ou à formação integral, o objetivo da chamada educação integrada é promover uma educação geral que forme sujeitos completos, capazes de atuar no mundo do trabalho e na sociedade com autonomia, criticidade e competência técnica. Isto é, a profissionalização desempenha um papel duplo: atender às necessidades sociais e incorporar o trabalho como um elemento central no processo educativo.

Ao integrar a formação técnica à compreensão crítica da realidade, a educação profissional ultrapassa os limites da mera capacitação para o mercado de trabalho e assume um papel transformador. Ela prepara indivíduos para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea com autonomia, criatividade e responsabilidade social, ao mesmo tempo em que promove a valorização do trabalho como um princípio educativo que contribui para o desenvolvimento social e humano. Assim, a educação integrada reafirma sua relevância ao formar sujeitos plenos, capazes de atuar de maneira consciente e ética nos mais variados contextos.

5.3. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: uma relação dialética

Os movimentos sociais desempenham um papel importante na construção de sociedades mais justas e democráticas, ao questionarem as desigualdades estruturais e expressarem necessidades de grupos, historicamente marginalizados. Esses movimentos surgem como respostas organizadas da sociedade civil às lacunas deixadas pelo poder público e reivindicam transformações que promovam o

acesso à cidadania plena. Nesse contexto, as políticas públicas representam o espaço institucional onde muitas dessas demandas podem ser debatidas, negociadas e, eventualmente, aplicadas. Porém, essa relação é marcada por uma interação contínua e contraditória, na qual os movimentos sociais tentam influenciar as ações e respostas do Estado, enquanto o Estado busca atender ou não às reivindicações feitas.

Para Secchi (2014, p. 1), uma política pública “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [e] possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público” (*apud* Abad, 2017, p.169). Sob essa ótica, as políticas públicas não surgem de forma espontânea; elas representam os interesses do poder público em atender a determinadas demandas sociais, que refletem escolhas estratégicas que buscam equilibrar interesses coletivos e, algumas vezes, resolver conflitos. Assim, a construção de políticas públicas está, de forma direta, relacionada à capacidade do Estado de identificar, interpretar e agir sobre as necessidades da sociedade. Isso demonstra a relevância do diálogo constante com os diversos atores sociais envolvidos.

Conforme Araújo *et al.* (2024), as políticas públicas são, em demasia, influenciadas por fatores econômicos, políticos, sociais e históricos, o que evidencia sua natureza variada e interdependente. Tais fatores norteiam tanto a formulação quanto a implementação das políticas e refletem as condições estruturais e os valores predominantes de cada contexto. Questões econômicas, como disponibilidade de recursos e prioridades orçamentárias, dialogam com os aspectos políticos, com as ideologias governamentais e com as disputas de poder. Simultaneamente, fatores sociais, como demandas da população e pressão de movimentos sociais, relacionados a processos e experiências acumuladas, configuram um cenário dinâmico e variado. Dessa forma, as políticas públicas surgem como respostas que integram essas múltiplas dimensões e buscam atender às necessidades da sociedade de maneira contextualizada.

De acordo com Scherer-Warren (2006), a sociedade civil é formada por diferentes níveis de organização de interesses e valores dos sujeitos. Esses elementos se articulam para promover ações em favor de políticas sociais e públicas, para protagonizar protestos sociais, manifestações simbólicas e pressão política. Essa compreensão destaca o papel ativo da sociedade civil como um espaço de articulação coletiva, no qual as demandas sociais são elevadas e

canalizadas para decisões políticas e institucionais, de modo que a sociedade civil se torna um relevante instrumento na dinâmica democrática, pois busca influenciar tanto a formulação quanto a implementação de políticas públicas.

No entanto, a organização dos movimentos sociais e suas reivindicações legítimas são enxergadas como ameaça à ordem pública e, por isso, enfrentam muitas resistências. A mais frequente, a criminalização, é uma estratégia utilizada para deslegitimar as ações e enfraquecer as demandas apresentadas. Essa prática se manifesta por meio da repressão estatal, judicialização de lideranças e disseminação de narrativas que associam os movimentos a atos ilícitos ou desordem, ações que tentam silenciar os grupos que questionam as desigualdades sociais e o status quo. Esse processo não apenas limita a atuação democrática dos movimentos, mas também compromete a construção de uma sociedade mais justa. É necessário ratificar que essas resistências, fruto principalmente da cultura conservadora que ainda impera na sociedade brasileira, ocorrem contra os movimentos sociais que possuem pautas mais progressistas.

Isto posto, pode-se citar a matéria intitulada “A mídia a serviço de quem?”, escrita por André Cintra e publicada na revista Movimento, Revista da União Nacional dos Estudantes (UNE), em que são relatados vários casos de ataques, por parte da grande mídia, aos movimentos sociais. Numa reportagem de 2009, o jornal “Correio Braziliense” publicizou os repasses do governo federal à UNE, com o intuito de desmoralizar a entidade; de modo igual, o jornal “O Estado de São Paulo” trouxe à tona críticas à UNE e também à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Mas, ressalte-se que tanto a UNE quanto a CUT, assim como qualquer organização da sociedade civil, têm legitimidade para postular verbas públicas.

É necessário sobrelevar que, quando algum movimento social emerge, essencialmente aqueles que lutam em defesa das populações periféricas das cidades brasileiras, o poder público tenta intimidá-lo através dos braços do Estado. Foi o que ocorreu com os “rolezinhos”. Esses encontros presenciais arrastavam multidões aos shoppings e, em muitos casos, as direções dos shoppings centers reagiam de maneira negativa e buscavam o respaldo judicial para fazer a triagem de clientes. Em outros casos, os centros comerciais empregavam força policial ou fechavam suas portas para impedir a concentração das multidões de adolescentes. Houve casos em que foram impostas, pelo poder judiciário, multas aos líderes desse movimento. A reação estatal também foi estimulada pelas manchetes da mídia, que

tinham preocupação com a ocupação, pelos jovens da periferia, nos espaços que anteriormente eram de uso quase exclusivo das classes mais abastadas da sociedade brasileira (Ricci, 2018).

Outro movimento social que, ao longo do tempo, vem sofrendo ataques é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), haja vista que se trata de um grupo que também é rechaçado pela grande mídia e pelas autoridades que buscam enfraquecê-lo, sendo, em alguns casos, alvo de violência direta. No Brasil, país marcado por uma estrutura agrária profundamente desigual e com grandes latifúndios, o MST exerce uma função muito pertinente na luta pela reforma agrária e pela redistribuição de terras para pequenos agricultores.

Recentemente, em janeiro de 2025, uma matéria publicada no portal G1 “Vale do Paraíba e Região” relatou um ataque ao assentamento “Olga Benário”, situado em Tremembé, interior de São Paulo. Nesse ataque, dois assentados foram mortos e outras seis pessoas ficaram feridas. O episódio ressalta a persistente hostilidade que o MST enfrenta na defesa da reforma agrária, haja vista que a violência contra os assentados não é apenas um ataque ao movimento, mas também uma tentativa de silenciar o exercício pleno da cidadania e inviabilizar a construção de uma sociedade justa e igualitária, na qual todos possam participar das decisões que impactam diretamente suas vidas. Importante sublinhar que a cidadania precisa ser ativa; sobre isso, Gohn (2013, p. 302) afirma:

Sabe-se que a cidadania para ser plena não pode ser passiva, tem que ser ativa, é um processo ativo. Não se limita ao voto, este é apenas uma dimensão do cidadão, a dimensão civil. Ela relaciona-se diretamente com a participação dos indivíduos na esfera pública e com o exercício dos direitos. É o direito a ter direitos e poder exercitá-los. A cidadania deve contemplar universalidade dos direitos e não direitos restritos, focalizados, que criam diferenças entre as pessoas. Não existe o cidadão de segunda categoria, pois este seria o não cidadão, ou um cidadão menor (Gohn, 2013, p. 302).

Conforme a autora, a cidadania está ligada às ideias de civilidade, civilização e respeito aos indivíduos como seres humanos. Sob uma perspectiva republicana, o cidadão não é apenas aquele que exerce sua liberdade no âmbito privado, mas o que adota a participação como uma prática cotidiana. Isto é, a cidadania ativa exige cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de protagonizar a história do seu tempo. Os enfrentamentos do MST e de outros movimentos sociais como aqueles que lutam por moradia, pelos direitos humanos, pela recuperação de estruturas ambientais, dentre outros, são expressões concretas de cidadania ativa,

pois buscam transformar a realidade social através de mobilizações coletivas e reivindicações de direitos.

Nessa conjuntura, a educação desempenha um papel central como direito humano fundamental para o desenvolvimento integral das pessoas. Ela contribui para a construção de uma cultura universal de direitos humanos, promove o fortalecimento das liberdades individuais, o respeito às diferenças e a formação de valores como tolerância, solidariedade e fraternidade (Gohn, 2013). Em relação à educação profissional, Araújo *et al.* (2024) defendem que as modalidades integradas do ensino médio oferecidas pelos Institutos Federais (IFs) proporcionam o desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes, com formação para o mercado de trabalho e para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Nesse sentido, a integração entre prática e teoria, mercado de trabalho e vida, ensino técnico e propedêutico é compreendida como uma prática em constante construção e aprimoramento dentro dessas instituições.

Assim, a educação profissional oferecida pelos IFs se apresenta como uma proposta inovadora e transformadora, porquanto articula diferentes dimensões do conhecimento e da formação humana, integrando aspectos técnicos e propedêuticos, aliados à preparação para o mercado de trabalho e para a vida. Essa abordagem reforça o compromisso dos IFs com uma educação inclusiva e de qualidade, que valoriza tanto o aspecto profissional quanto o humanista e promove uma formação omnilateral dos sujeitos.

5.4. Assistência Estudantil: democratizando o acesso e a permanência na Educação por meio de Políticas Públicas

A assistência estudantil é uma política pública essencial para garantir que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham condições de acesso, permanência e conclusão de seus estudos. No Brasil, apesar da ampliação do ensino público nas últimas décadas, muitos alunos ainda enfrentam dificuldades financeiras que comprometem sua trajetória acadêmica. Para Antunes (2021), as ações da assistência estudantil desempenham um papel importante na redução das desigualdades sociais no ambiente escolar e proporcionam condições mais equitativas para os estudantes em situação de vulnerabilidade social, especialmente aqueles oriundos da classe trabalhadora. Dessa maneira, a assistência estudantil

surge como uma importante política pública que busca reduzir essas dificuldades e promover a formação profissional e, em especial, a humana desses sujeitos.

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois são instrumentos do Estado para garantir direitos e promover o bem-estar social. Segundo Simis (2007), a expressão política pública pode ter diferentes significados, mas, de modo geral, refere-se à definição de diretrizes que orientam ações externas para o futuro, sendo de responsabilidade, em grande parte, de órgãos governamentais. Nessa mesma perspectiva, Derani (2004) destaca que as políticas públicas consistem em um conjunto de ações coordenadas pelos entes estatais, em grande parte por eles executados, com o propósito de modificar as relações sociais existentes. Dessa forma, ambas as definições enfatizam o papel do Estado na formulação e implementação dessas políticas. Derani (2004, p.22) afirma, ainda, que “a política pública é composta de ações estatais e decisões administrativas competentes”.

No campo da educação, essas políticas são importantes para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por meio de iniciativas como a assistência estudantil, o Estado busca minimizar as desigualdades e proporcionar condições para que todos tenham oportunidades reais de formação, o que contribui não apenas para o desenvolvimento profissional, mas também para a redução da evasão escolar e o fortalecimento da cidadania, garantindo que os alunos tenham condições de concluir sua trajetória educacional.

Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criada em 19 de julho de 2010, através do Decreto no 7.234, é uma política pública que busca expandir e garantir as condições necessárias para a permanência e o êxito dos estudantes nas instituições federais de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, dando prioridade àqueles que estão em ambientes de vulnerabilidade socioeconômica (Brasil, 2024)

Os objetivos do PNAES envolvem a ampliação do acesso à educação pública federal, a redução das desigualdades sociais e regionais, a diminuição das taxas de retenção e evasão, além da promoção da inclusão social e da melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes. Sua implementação ocorre conforme a disponibilidade de recursos orçamentários, podendo também ser beneficiada por estudantes de mestrado e doutorado presenciais, bem como os alunos de

instituições públicas de ensino superior estaduais, municipais e do Distrito Federal, através de convênios (Brasil, 2024).

No entanto, para que políticas públicas como o PNAES fossem implantadas no Brasil, a atuação de entidades organizadas foram fundamentais para os avanços conquistados. A seguir, ressaltamos a importância da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) na consolidação dessa política.

Segundo Jesus, Mayer e Camargo (2016), o movimento estudantil no Brasil teve seus primeiros registros em 1901, com a criação da Federação dos Estudantes Brasileiros, uma entidade pioneira que teve atuação breve. Essa entidade organizou, em 1910, o I Congresso Nacional de Estudantes, realizado em São Paulo. Nas primeiras décadas do século, o crescimento acelerado do número de escolas impulsionou a organização coletiva dos estudantes, que, desde o início, estiveram engajados nas principais questões nacionais.

Os autores supracitados ainda destacam que, após a Revolução de 1930, o cenário político nacional tornou-se mais intenso, levando os estudantes a se engajarem ativamente em organizações como a Juventude Comunista (JC) e a Juventude Integralista (JI). Com o aumento da diversidade de ideias e propostas, também crescia o anseio por uma entidade estudantil unificada, que fosse representativa, forte e legítima, com o objetivo de defender a qualidade do ensino e a justiça social.

No dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, o então Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o grande projeto, almejado anteriormente algumas vezes, de criar a entidade máxima de estudantes. Reunidos durante o encontro, os jovens batizaram a entidade como União Nacional dos Estudantes. Desde então, a UNE passou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. O primeiro presidente oficial da entidade foi o gaúcho Valdir Borges, eleito em 1939 (UNE, s.d.)

Dutra (2015 *apud* Carvalho; Estrada, 2022) aponta que, na década de 1960, ocorreu um movimento em defesa da Reforma Universitária, liderado por estudantes, intelectuais e pela comunidade acadêmica, com o objetivo de democratizar o acesso à universidade. Nesse contexto, a UNE teve uma participação significativa na defesa da reforma universitária, destacando a assistência estudantil como uma de suas principais bandeiras. Como resultado

desse protagonismo, a assistência estudantil ganhou maior reconhecimento dentro da sociedade civil.

É importante mencionar que, com o golpe cívico-militar de 1964, o Brasil passou por grandes retrocessos, com repressões e ataques às organizações e reivindicações dos trabalhadores que culminaram no enfraquecimento dos movimentos sociais. A UNE também enfrentou isso, com a sua sede sendo invadida e incendiada pela ditadura militar, e passou a atuar na ilegalidade após a retirada da sua representatividade (Carvalho; Estrada, 2022).

No final dos anos 1970, com os primeiros sinais de enfraquecimento da ditadura militar — resultado do fim do crescimento econômico, do início da recessão e das pressões internacionais contra as violações de direitos humanos cometidas pelo regime —, a UNE começou a se reorganizar. Os estudantes retomaram as mobilizações, unindo-se a sindicalistas e outros representantes da sociedade civil na luta pela redemocratização do país. Em 1979, a entidade realizou seu Congresso de reconstrução em Salvador, onde defendeu o aumento de recursos para as universidades, a garantia do ensino público e gratuito e a libertação de estudantes presos. Em 1985, o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei, proposto pelo deputado e ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Aldo Arantes, que restabeleceu a legalidade da entidade estudantil, permitindo sua atuação formal no cenário político e educacional do país (Jesus; Mayer; Camargo, 2016).

Após muitas lutas, a UNE alcançou importantes conquistas para o movimento estudantil. Entre elas, destaca-se a aprovação da PEC da Juventude no Congresso Nacional, que incorporou o termo "juventude" à Constituição Federal, reconhecendo os direitos dessa parcela da população e resultando, posteriormente, no Estatuto da Juventude em 2013 (Lei n. 12.852/2013). Além disso, foi aprovada uma emenda ao projeto de lei do Pré-sal, garantindo que 50% do fundo social fosse destinado exclusivamente à educação. Outro avanço significativo foi a publicação do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), esse decreto ampliou o apoio aos estudantes do ensino público brasileiro (Jesus; Mayer; Camargo, 2016).

Já o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) foi criado em outubro de 1987 e reúne pró-reitores, sub-reitores, decanos e demais responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior públicas no Brasil. Esse fórum tem como objetivos a

formulação de políticas e diretrizes para articular e orientar ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, tanto em nível regional quanto nacional. Além disso, ele atua na assessoria contínua à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, com compromisso social. Também busca incentivar e apoiar estudos e pesquisas na sua área de atuação, além de promover eventos como congressos, conferências e seminários (Fonaprace, s.d.).

A criação dessa entidade ocorreu no final da década de 1980, em um contexto de redemocratização do país. Durante a década de 1990, seus representantes enfrentaram a ofensiva neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso. Já no período de 2003 a 2010, em colaboração com o movimento estudantil, especialmente a UNE, e com o apoio do governo federal, a entidade conseguiu sistematizar dados sobre os estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) por meio de duas pesquisas. Essas pesquisas foram fundamentais para a definição de indicadores socioeconômicos que fortaleceram o processo de aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, culminando na criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Fonaprace, 2012). É importante pontuar que o PNAES foi instituído primeiramente por meio de portaria normativa MEC No 39/2007 e posteriormente transformada no decreto-lei nº 7234 em 2010.

A atuação da UNE e do FONAPRACE foi muito relevante para a construção e o fortalecimento das políticas públicas de assistência estudantil no Brasil. Essas entidades não apenas articularam demandas estudantis, mas também influenciaram diretamente a formulação de programas voltados à permanência dos alunos nas instituições federais. Desse modo, a UNE exerceu um papel decisivo na mobilização e na defesa dos direitos dos estudantes, enquanto o FONAPRACE contribuiu com a produção de dados e a construção de indicadores que embasaram políticas como o PNAES. A consolidação dessas ações demonstra que a participação ativa dessas organizações foi fundamental para garantir que a assistência estudantil permaneça como um direito, assegurando condições mais igualitárias de acesso e permanência na educação pública.

5.5. Política de Assistência Estudantil no IFNMG

As Políticas de Assistência Estudantil são essenciais para assegurar a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes do IFNMG. No Campus Pirapora, essas iniciativas buscam promover a igualdade de oportunidades, contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e minimizar as desigualdades socioeconômicas. Aprovada pelo Conselho Superior em 2011 e reformulada em 2017, a Política de Assistência Estudantil do IFNMG oferece suporte aos estudantes de cursos presenciais nas modalidades integrada, concomitante, subsequente, tecnológica, licenciatura, bacharelado e Proeja, por meio de diversos programas de auxílio (IFNMG, 2021).

No IFNMG, a Assistência Estudantil tem como principais objetivos garantir aos estudantes em situação de vulnerabilidade social as condições necessárias para sua permanência e sucesso nos estudos. Além disso, busca ampliar o acesso, a continuidade e a conclusão dos cursos, promovendo a inclusão social e a democratização do ensino. Também se propõe a garantir a igualdade de oportunidades nas atividades acadêmicas, suporte adequado para o desenvolvimento de estudantes com necessidades específicas e contribuir para o bem-estar biopsicossocial dos alunos. Outra finalidade é reduzir os índices de reprovação e evasão, além de estimular a formação integral dos estudantes, incentivando a criatividade, o pensamento crítico e a participação em atividades culturais, esportivas, artísticas, políticas, científicas e tecnológicas (IFNMG, 2021).

Essa política pública busca proporcionar melhores condições de permanência aos estudantes por meio de programas, projetos, ações e serviços que abrangem as áreas sociais, culturais, esportivas e de saúde, além das ações afirmativas. Ela considera a diversidade e as particularidades dos estudantes, levando em conta fatores como origem, raça, cor, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, idade e condição física e intelectual, incluindo pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. Além disso, as ações são fundamentadas na importância da formação humana e profissional, evoluindo para a emancipação dos sujeitos e da necessidade de contribuir para que este seja protagonista da sua história (IFNMG, 2025).

Esse programa tem como foco os alunos matriculados em cursos presenciais em situação de vulnerabilidade social, ele oferece auxílios financeiros e acompanhamento para que esses estudantes possam suprir suas necessidades básicas, como alimentação e materiais escolares. O programa se divide em três categorias de auxílio: Permanência I, para estudantes com insuficiência de recursos para se manterem na instituição; Permanência II, para aqueles com recursos parcialmente insuficientes; e Permanência III, para aqueles com condições razoáveis de permanência (IFNMG, 2021).

A criação da Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE), em outubro de 2016, representou um avanço significativo na estruturação das políticas de assistência estudantil do IFNMG. Com a missão de gerir, promover e desenvolver programas voltados ao suporte dos estudantes, à inclusão e ao atendimento da comunidade acadêmica, a DAE tem um papel importante na melhoria e aprimoramento dos editais de auxílio.

No IFNMG, a política de assistência estudantil se materializa por meio de vários programas de atendimento aos estudantes regularmente matriculados nos mais diversos cursos de formação técnica ou superior ofertados pela instituição. Além do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, que é o foco deste estudo, a Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) é responsável pela gestão de outras 18 iniciativas que ampliam o suporte oferecido à comunidade acadêmica. Entre eles, destacam-se o Programa de Moradia Estudantil, o Programa de Segurança Alimentar, o Programa de Inclusão Digital e o Programa Creche-Escola, que procuram garantir melhores condições de permanência dos alunos. A DAE também coordena ações voltadas à inclusão e ao bem-estar, como o Programa de Educação para a Diversidade, o Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas, o Programa de Atenção à Saúde e o Programa de Apoio Psicológico.

Além disso, há iniciativas que fomentam o desenvolvimento acadêmico, cultural e esportivo, incluindo o Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer, o Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural, o Programa de Integração dos Estudantes Ingressantes e o Programa de Incentivo à Formação da Cidadania. Outros programas relevantes incluem o Auxílio Emergencial, o Programa de Incentivo à Mobilidade Acadêmica (PIMA), o Incentivo à Pesquisa e Extensão, o Programa Renovar e o Programa de Incentivo à participação em eventos e reuniões dos órgãos colegiados do IFNMG. Dessa forma, A DAE desempenha um papel

estratégico na promoção da inclusão e do sucesso acadêmico dos estudantes da instituição (IFNMG, 2021).

Nesse contexto, é relevante destacar que a Assistência Estudantil no IFNMG tem suas origens na oferta de moradia estudantil e restaurante universitário, disponibilizada pela Escola Agrotécnica Federal de Salinas e pelo Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Januária. Essas instituições, fundadas em 1953 e 1960, respectivamente, eram originalmente denominadas Escola de Iniciação Agrícola de Salinas e Escola Agrotécnica de Januária.

5.6. A Política de Assistência Estudantil no IFNMG/Pirapora: apontamentos sobre os últimos 5 anos

Nesta seção são abordadas algumas reflexões sobre o Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes do IFNMG/Pirapora nos últimos 5 anos (2020 a 2024), identificando os avanços, os desafios e as perspectivas para o futuro. O edital de assistência estudantil do Campus Pirapora é um instrumento fundamental para a promoção da inclusão e da permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por meio deste edital, são disponibilizados auxílios financeiros, com o objetivo de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos alunos e fornecer melhores condições para o seu desenvolvimento acadêmico. A iniciativa integra a Política de Assistência Estudantil do instituto, garantindo que os estudantes dos diversos cursos presenciais tenham acesso a recursos que favoreçam a continuidade e o sucesso em sua trajetória escolar.

O processo de seleção de alunos é regulamentado por um edital elaborado de forma coletiva pelos campi do IFNMG, com parecer da Procuradoria Jurídica, e publicado semestral ou anualmente. No entanto, questões mais específicas, como a quantidade de auxílios a serem concedidos e seus respectivos valores, são definidas individualmente por cada campus, levando em conta suas particularidades (Queirós, 2015). Os estudantes podem permanecer no programa por até 2 anos, sendo acompanhados pela comissão de assistência estudantil, responsável pela discussão, implementação, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFNMG/Pirapora.

Após a seleção, o estudante deve cumprir as normas do programa para garantir a obtenção do auxílio. Caso contrário, poderá ter o benefício suspenso ou cancelado em diversas situações, como abandono do curso, trancamento da

matrícula ou cometimento de falta disciplinar grave, conforme estabelece o Regulamento Disciplinar Discente do IFNMG. Além disso, a omissão ou falsificação de informações no processo seletivo, assim como o descumprimento dos deveres e compromissos previstos no edital, no Regulamento Disciplinar Discente, no Regulamento da Assistência Estudantil do IFNMG e no Regulamento sobre Acompanhamento de Beneficiários dos Programas de Assistência e Apoio aos Estudantes, também pode resultar em cancelamento ou interrupção do recebimento do auxílio (IFNMG, 2024).

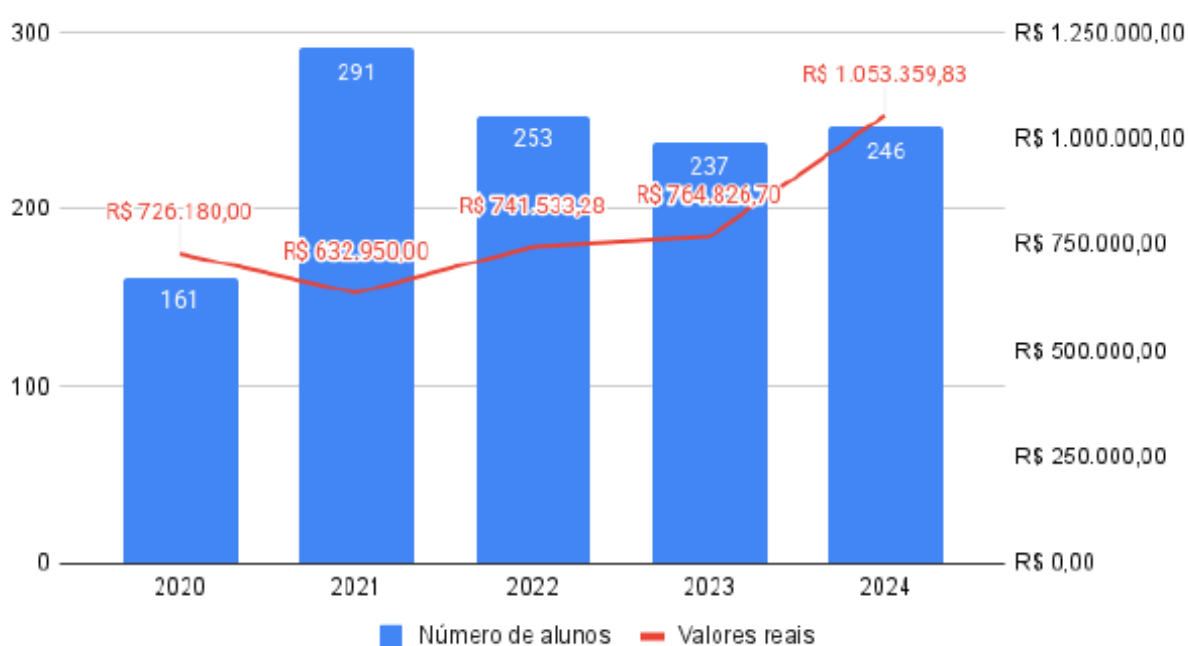
Os auxílios são concedidos por um período que varia entre nove e dez meses, podendo ser ajustados conforme a disponibilidade orçamentária. Da mesma forma, os valores podem sofrer alterações de acordo com o orçamento. Conforme o Edital nº 35/2024, o programa é voltado para estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais do IFNMG – Campus Pirapora/MG, cuja renda familiar per capita não ultrapasse um salário-mínimo e meio. Importa ressaltar que, à época da publicação do referido edital, a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, ainda não estava em vigor. Posteriormente, com a entrada em vigência dessa lei, o critério de renda familiar per capita passou a ser de até um salário mínimo vigente (Brasil, 2024). Seu objetivo é viabilizar o acompanhamento e a concessão dos auxílios Permanência I, II e III, que envolvem diferentes valores de apoio financeiro. Esses auxílios buscam atender às necessidades básicas dos beneficiários, contribuindo para sua permanência e êxito no ambiente acadêmico.

Devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19, os editais do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE) lançados em 2020 e 2021 apresentam diferenças nos critérios relacionados à renda per capita dos estudantes. O edital Nº.17/2020 estabeleceu, como requisito para inscrição, uma renda familiar per capita de até meio salário-mínimo vigente. Esse valor é calculado pela soma de todas as remunerações do grupo familiar dividido pelo número de seus membros. Além disso, esse edital oferecia apenas uma modalidade de auxílio, denominada Auxílio Emergencial, cujo valor era proporcional ao Auxílio Permanência I.

Os editais Nº 33/2021 e Nº 83/2021, lançados em 2021, estabeleceram como um dos pré-requisitos para inscrição a comprovação de renda familiar per capita de até um salário-mínimo vigente. Diferentemente do edital Nº 17/2020 que oferecia apenas uma modalidade de auxílio, esses editais disponibilizaram três modalidades,

denominadas Auxílio Emergencial I, II e III, que correspondiam, respectivamente, aos auxílios Permanência I, II e III. A partir de 2022, os editais retomaram o pré-requisito de renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio vigente para a inscrição, mantendo esse parâmetro nos anos de 2023 e 2024. A seguir, é apresentado um gráfico com os valores e a quantidade de alunos atendidos pelo PAAE no período de 2020 a 2024.

GRÁFICO 1 – ALUNOS ATENDIDOS PELO PAAE, 2020 – 2024



Fonte: Autoria própria, 2025.

No ano de 2020, a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) do campus Pirapora contou com um orçamento de R\$ 802.395,03 destinado ao atendimento dos estudantes. Desse total, R\$726.180,00 foram utilizados para o pagamento de bolsas do Auxílio Emergencial, criado para apoiar os alunos dos cursos presenciais do IFNMG diante do agravamento das desigualdades socioeconômicas provocadas pela pandemia da COVID-19.

O programa foi estruturado em conformidade com os objetivos do PNAES, de acordo com o disposto no artigo 2º do Decreto nº 7.234/2010, especialmente nos incisos I e II, com o propósito de oferecer suporte financeiro temporário aos discentes em situação de vulnerabilidade. Essa medida visava minimizar os impactos da crise sanitária, prevenindo a evasão e assegurando condições para a

permanência e o êxito acadêmico dos estudantes, tanto durante a pandemia quanto no retorno às atividades presenciais. O auxílio financeiro teve o valor de R\$420,00, correspondente ao Auxílio Permanência I (IFNMG, 2020).

No processo de seleção do edital N° 17/2020, participaram 209 estudantes. Desses, 135 tiveram suas inscrições indeferidas por falta de documentação, enquanto apenas 74 foram deferidas inicialmente. Diante desse cenário, a comissão de assistência estudantil decidiu permitir que os alunos com pendências documentais complementassem a documentação. Com essa medida, o número de inscrições deferidas aumentou para 146, enquanto 63 permaneceram indeferidas.

Devido às limitações de recursos financeiros para atender a todas as demandas, a comissão de assistência estudantil local definiu a concessão de um único auxílio por família. Como 12 estudantes pertenciam ao mesmo grupo familiar, o benefício foi destinado a 134 alunos deste edital. Além dos 134 estudantes inicialmente aprovados, foram incluídos mais 27 alunos do edital anterior, totalizando 161 beneficiados pelo programa. A inclusão desses estudantes ocorreu por meio da Portaria n° 70/2020, emitida pelo diretor-geral do campus Pirapora, que aprovou, em caráter excepcional, o pagamento do Auxílio Permanência I, destinado aos alunos selecionados e com matrícula ativa. O pagamento contemplou os estudantes dos editais n° 30, de 14 de março de 2019 (referente à chamada pública de renovação), n° 36, de 14 de março de 2019 (destinado a novas vagas) e do processo seletivo para o Programa de Auxílio Emergencial 2/201, cujo resultado final foi publicado em 13 de setembro de 2019 (IFNMG, 2020).

No ano de 2021, ainda com as restrições impostas pela pandemia da COVID-19, foram publicados dois editais do PAAE. O primeiro, Edital n°33/2021, recebeu 259 inscrições, das quais 153 foram deferidas e 106 indeferidas. Após o período de complementação de documentos, o número de inscrições deferidas aumentou para 240 e os indeferidos ficaram em 19. No segundo edital, de N°.83/2021, houve 70 inscrições, com 39 deferimentos e 31 indeferimentos na análise inicial. Após a complementação documental, o número de inscrições deferidas subiu para 57, enquanto que 13 tiveram as inscrições indeferidas. É importante destacar que esses dois editais de 2021 foram os únicos em que o número de inscrições deferidas na análise inicial foram maiores do que as indeferidas.

Os valores dos auxílios foram distribuídos da seguinte forma: R\$420,00 para o Auxílio Emergencial I, R\$230,00 para o Auxílio Emergencial II e R\$140,00 para o Auxílio Emergencial III. Neste ano, a CAE recebeu um total de R\$ 843.260,18 para a assistência estudantil, dos quais R\$632.950,00 foram destinados para o programa de auxílio emergencial.

Considerando ambos os editais, um total de 158 alunos foram contemplados com o Auxílio Emergencial I, 104 alunos receberam o Auxílio Emergencial II e 29 alunos foram beneficiados com o Auxílio Emergencial III. Houve uma redução de R\$ 93.230,00 nos recursos destinados ao PPAE entre os anos de 2020 e 2021. Essa diminuição impacta diretamente tanto o número de alunos beneficiados pelo programa quanto os valores disponibilizados para cada tipo de auxílio.

Em 2022, foi publicado o edital nº 57/2022 do PPAE, no qual 455 alunos se candidataram a um dos auxílios disponíveis. Desses, 112 tiveram suas inscrições deferidas, enquanto 343 foram indeferidas por falta de documentação. Após o período para complementação dos documentos, o número de inscrições deferidas aumentou para 252, e 172 permaneceram indeferidas.

O PPAE beneficiou 76 alunos com o Auxílio Permanência I, no valor de R\$ 450,00; 92 alunos com o Auxílio Permanência II, no valor de R\$ 250,00; e 85 alunos com o Auxílio Permanência III, no valor de R\$ 150,00. Para o pagamento dessas bolsas, foram destinados R\$741.533,28. No total, a assistência estudantil contou com um orçamento de R\$814.950,95 para financiar todos os seus programas de apoio aos estudantes. Em relação a 2021, os recursos destinados ao PPAE tiveram um acréscimo de R\$ 108.583,28.

O Edital nº 63/2023 do Auxílio Permanência do IFNMG ofereceu apoio financeiro aos estudantes por meio de três faixas de auxílio, nos valores de R\$450,00 para o permanência I, R\$250,00 para o permanência II e R\$150,00 para o permanência III. Inicialmente, foram registradas 377 inscrições, das quais 318 foram indeferidas e apenas 59 deferidas. Após o período destinado à complementação da documentação, o número de inscrições deferidas aumentou para 207, enquanto 170 permaneceram indeferidas. Esses números refletem a importância do edital na promoção da permanência estudantil, ao mesmo tempo que evidenciam os desafios enfrentados pelos alunos no processo de inscrição e comprovação documental.

Das 207 inscrições deferidas, 28 alunos ficaram em lista de espera devido à falta de recursos financeiros para atender a todos. Posteriormente, 20 desses estudantes foram contemplados com o Auxílio Permanência III. Com isso, a distribuição dos auxílios ficou da seguinte forma: 55 alunos no Auxílio Permanência I, 57 no Auxílio Permanência II e 86 no Auxílio Permanência III. Além disso, foram incorporados mais 39 alunos do edital de 2022, todos beneficiados pelo Auxílio Permanência I.

A incorporação dos alunos do edital de 2022 ocorreu através do Despacho Decisório GAB/DG/PIR 1526717, datado de 19 de abril de 2023. Esse despacho aprovou a continuidade dos pagamentos aos estudantes selecionados no Auxílio Permanência I do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE), referente ao Edital nº 57/2022, para o ano letivo de 2023. A decisão considerou fatores como a limitação orçamentária e a necessidade de priorizar estudantes em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica, de modo a garantir sua permanência na instituição. Para continuar recebendo as parcelas do auxílio em 2023, os alunos contemplados no edital deveriam manter a matrícula ativa e frequente, além de preencher o Plano de Avaliação e Acompanhamento do Estudante (IFNMG, 2023).

A Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) recebeu um total de R\$ 856.250,48 para financiar os programas desenvolvidos no Campus Pirapora. Desse montante, R\$764.826,70 foram destinados ao PAAE, resultando em um aumento de R\$ 23.293,42 em relação ao ano anterior. No ano de 2024, a CAE recebeu um valor de R\$1.169.718,51 para custear os programas de assistência estudantil. O valor de R\$1.053.359,83 foi destinado para o atendimento aos alunos contemplados nas três modalidades de auxílios do PAAE.

No processo seletivo do PAAE nº 35/2024, realizado no Campus Pirapora, 426 estudantes se inscreveram. Inicialmente, 95 inscrições foram deferidas e 216 foram indeferidas. A comissão de assistência estudantil ofereceu aos alunos com inscrições indeferidas a oportunidade de complementar a documentação necessária. Após a análise dos documentos complementares, o número de inscrições deferidas aumentou para 246, enquanto o número de inscrições indeferidas diminuiu para 172. Para este edital, os valores dos auxílios foram definidos da seguinte forma: R\$550,00 para o auxílio Permanência I, R\$350,00 para o Permanência II e R\$200,00 para o Permanência III. O número de alunos contemplados em cada

auxílio foi de 98 para Permanência I, 114 para Permanência II e 34 para Permanência III. Em 2024, os recursos destinados ao PAAE foram ampliados em R\$ 288.533,13, isso possibilitou o reajuste dos valores dos auxílios permanência para R\$662,00, R\$462,00 e R\$312,00, respectivamente.

Nos últimos cinco anos (2020 a 2024), a Política de Assistência Estudantil no IFNMG/Pirapora tem se consolidado como um instrumento indispensável para a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ampliação dos recursos destinados ao programa, os reajustes nos auxílios e a adaptação constante às demandas estudantis demonstram o compromisso institucional com a equidade educacional. No entanto, desafios persistem, como a necessidade de maior divulgação dos editais, a simplificação dos processos de inscrição e a busca por recursos adicionais para atender a um número ainda maior de alunos. Assim, a reflexão sobre as políticas de assistência estudantil deve ser contínua, visando aprimoramentos que garantam maior efetividade na promoção da inclusão e na redução da evasão escolar.

5.7. O município de Pirapora – MG: reflexões sobre o contexto local a ser investigado

O município de Pirapora está localizado na mesorregião do Norte de Minas Gerais e tem como municípios limítrofes Buritizeiro e Várzea da Palma. Durante certo período de sua história, “Pirapora ganhou destaque no cenário nacional como local estratégico para a expansão econômica do país” (SANTOS, 2017, p. 20). De acordo com os dados do censo de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população atual é de 55.606, habitantes.

Situada no Alto São Francisco, a cidade de Pirapora fica à margem direita do rio São Francisco, local onde os primeiros habitantes se instalaram, usufruindo dos recursos naturais, especialmente da água e dos peixes, e, posteriormente, das chamadas “culturas de vazante” existentes no povoado, que produziam dentre outros alimentos, mandioca, milho, melancia e cana (Santos, 2017 p. 20).

De acordo com dados da prefeitura municipal de Pirapora, os indígenas Cariris perceberam a aproximação dos colonizadores pelo litoral e pressionados por povos indígenas vizinhos, migraram subindo o Rio São Francisco. Ao chegarem à região onde, atualmente se localiza o município de Pirapora, estabeleceram-se nas

proximidades das corredeiras e fundaram sua aldeia no local onde hoje está a Praça Cariris, no centro da cidade.

Além disso, alguns garimpeiros, pescadores, pequenos criadores de gado e aventureiros também chegaram à pequena localidade e construíram as suas casas. A maioria das casas eram cobertas com palha de buriti, fruto da influência indígena do lugar e viviam principalmente da pesca e comercializavam os peixes com os tropeiros que circulavam pela região.

Figura 1 – Vista aérea da cidade de Pirapora



Fonte: <https://www.pirapora.mg.gov.br/2018/12/27/o-plano-diretor-em-pirapora/>

Segundo Santos (2017), a localidade se desenvolveu, principalmente, a partir do início da navegação a vapor pelas águas do Rio São Francisco em 1871, da chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil e da construção das fábricas de tecidos Cedro e Cachoeira. Isso contribuiu para o aumento da população e para as inter-relações econômicas regionais de Pirapora.

Figura 2 - Ponte Marechal Hermes sobre o rio São Francisco que liga os municípios de Pirapora e Buritizeiro



Fonte: <https://www.ifnmg.edu.br/menu-pirapora/conheca-pirapora>

Atualmente, Pirapora é considerado um polo regional em sua microrregião e o segundo maior centro industrial da mesorregião “Norte de Minas”. Com uma área territorial de 549,514 km². Destaca-se, na região, a importância e o desenvolvimento da indústria têxtil e metalurgia, ademais, a pesca e o turismo têm grande importância para a sua economia (IFNMG, 2017).

5.8. O IFNMG Campus Pirapora

O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) foi criado pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Ele é resultante da integração do CEFET de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas, juntamente com as Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) de Almenara, Araçuaí, Arinos e Montes Claros. A instituição tem como missão promover uma educação pública de qualidade, voltada para atender as demandas das cadeias produtivas, sociais e culturais, tanto locais quanto regionais (IFNMG, 2017).

Por conseguinte, o Campus Pirapora passou a ser uma das unidades de ensino que compõem o IFNMG, o qual é administrado, coordenado e supervisionado

pela Reitoria, órgão executivo do IFNMG, localizado em Montes Claros (IFNMG, 2017).

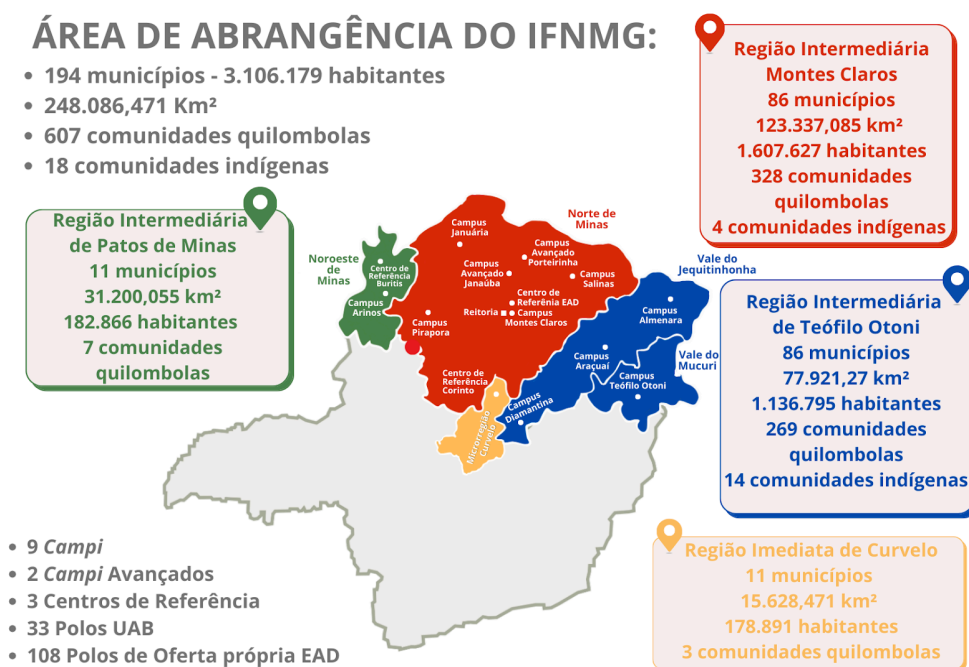
Atualmente, além dos campi já mencionados, o IFNMG conta também com os Campus: Diamantina, Janaúba, Porteirinha, Teófilo Otoni e o Campus Quilombo (em fase de implantação). A instituição também possui três Centros de Referência, que funcionam como polos para a oferta de cursos técnicos e superiores, na modalidade de educação a distância. Além disso, integra 33 polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), 108 polos próprios para educação a distância (IFNMG, 2024).

A área de abrangência do IFNMG cobre 194 municípios distribuídos pelas regiões do Norte de Minas, Noroeste de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri e parte da Central Mineira. Com uma recente proposta de reorganização do IBGE, essa área passou a integrar regiões geográficas de Montes Claros, Teófilo Otoni, Patos de Minas e a Microrregião de Curvelo. Essa extensão representa 42% do território de Minas Gerais e atende uma população de 3.107.742 habitantes (IFNMG, 2024).

A interiorização do IFNMG, como mostra o mapa na Figura 3, representa uma estratégia importante para democratizar o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em regiões historicamente menos favorecidas. Ao se estabelecerem em áreas distantes dos centros urbanos, os Institutos Federais promovem além da inclusão social e educacional, uma formação técnica, tecnológica e superior à população que, de outra forma, teria dificuldade de acesso à educação gratuita e de qualidade.

Assim, a interiorização não apenas amplia as oportunidades educacionais, mas também cria um impacto transformador nas economias e culturas locais, e consolida os Institutos Federais como motores de desenvolvimento regional e agentes de mudança social. Rozinke *et al.* (2020, p. 11) afirma que “esse processo de expansão dos Institutos Federais procurou garantir o cumprimento de sua função social através da interiorização e oferecer um ambiente educacional de qualidade, que contemple à plena formação dos estudantes, proporcionando que tal modalidade chegasse a lugares até então isolados”. Nesse sentido, a criação do Campus Pirapora do IFNMG está diretamente alinhada ao propósito de interiorização e democratização do acesso à educação, conforme destacado pelo autor.

Figura 3 – Área de abrangência do IFNMG e a indicação dos campi

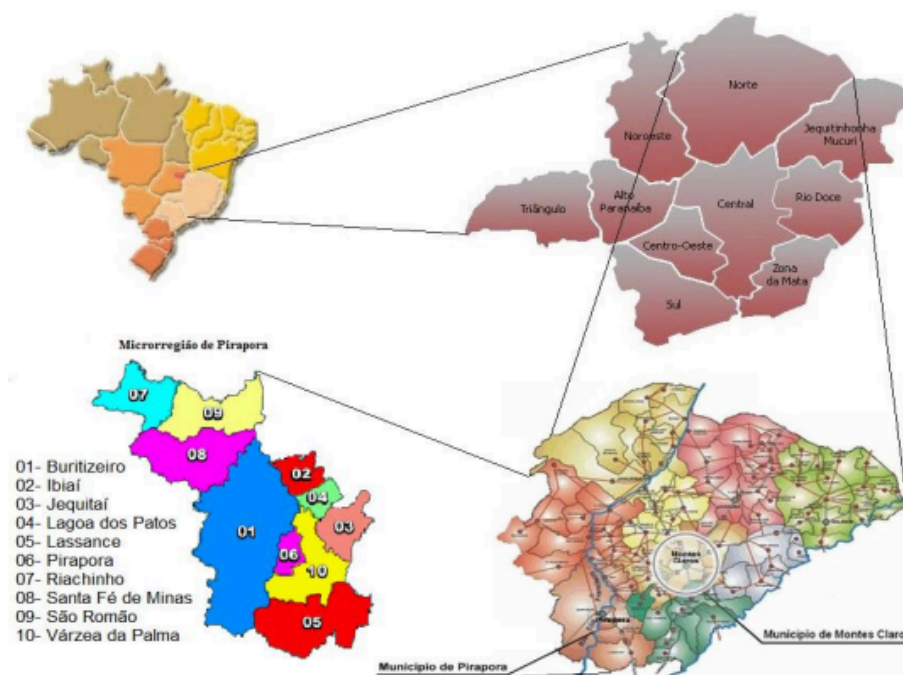


Fonte: <https://ifnmg.edu.br/ifnmg/conheca>

Situado em uma região historicamente marcada por desafios socioeconômicos, o campus Pirapora desempenha um papel importante na oferta de uma educação pública de qualidade, que busca promover a formação integral dos estudantes e contribuir para o desenvolvimento local. Ao estabelecer um ambiente educacional que atenda às demandas específicas da comunidade, o Campus Pirapora não apenas amplia as oportunidades de acesso ao ensino técnico, tecnológico e superior, mas também fortalece o vínculo entre a educação e o desenvolvimento social ao consolidar a função social dos Institutos Federais em alcançar territórios até então desassistidos.

Nesse sentido, ao considerar a área de abrangência do IFNMG/Pirapora, observa-se que sua atuação se estende a diversas localidades do norte de Minas Gerais, muitas delas também marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas e limitações no acesso a políticas públicas educacionais. Esse alcance territorial amplia significativamente o impacto social da instituição, ao possibilitar que estudantes de diferentes municípios tenham acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade.

Figura 4 – Área de abrangência do IFNMG-Campus Pirapora



Fonte: TUPINÁ (2015) *apud* (JESUS, 2016, p. 43) com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014 a 2018 do IFNMG.

Segundo os indicadores de gestão do IFNMG, disponíveis na plataforma Nilo Peçanha, das 1.590 matrículas realizadas no Campus Pirapora em 2023, 16,79% dos estudantes tinham renda per capita familiar de até 0,5 salário mínimo, 25,22% apresentavam renda per capita entre 0,5 e 1,0 salário mínimo, 24,84% tinham renda per capita entre 1,0 e 1,5 salário mínimo, e 16,54% possuíam renda per capita superior a 1,5 salário mínimo. É importante destacar também que 7,99% dos estudantes matriculados não declararam sua renda.

Com base no edital nº 35, de 27 de março de 2024, que regeu a seleção para a concessão de benefícios da Assistência Estudantil, o item 1.2 determina como requisito para participação no processo seletivo uma renda per capita de até 1,5 salário mínimo. Desta forma, pode-se concluir que 66,29% dos estudantes matriculados no IFNMG-Campus Pirapora atenderam a esses critérios e, portanto, estariam aptos a receberem um dos auxílios oferecidos pelo PAAE em 2024.

Os estudantes que participaram do edital da Assistência Estudantil de 2024, matriculados no Campus Pirapora, apresentam um perfil diversificado e a maioria deles necessita das políticas de permanência e êxito ofertadas pelo IFNMG para se manterem na instituição e concluir a formação pretendida. Abaixo apresenta-se uma foto do início da construção do prédio do IFNMG/Pirapora.

Figura 5 - Construção do prédio do Campus Pirapora



Fonte: Arquivo do IFNMG Campus Pirapora.

Ao considerar a localização e os cursos oferecidos, o Campus Pirapora tem um perfil, predominantemente, urbano e abrange uma microrregião com uma área total de 23.111,60 km², distribuída por 10 municípios: Buritizeiro, Ibiaí, Jequitaí, Lagoa dos Patos, Lassance, Pirapora, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão e Várzea da Palma (IFNMG, 2017). Em 5 de outubro de 2010, o Campus Pirapora iniciou às suas atividades acadêmicas e ofertou os cursos técnicos em Informática, Administração e Edificações, nas modalidades subsequente¹ e concomitante², momento em que atendeu 120 alunos.

No primeiro semestre de 2011, os cursos técnicos em Administração e Informática integrado ao Ensino Médio começaram a ser ofertados, além do curso técnico em Segurança do Trabalho, nas modalidades subsequente e concomitante, isso ampliou o atendimento para 321 alunos.

Já no segundo semestre do mesmo ano, a instituição iniciou seu primeiro curso de nível superior, o bacharelado em Administração com uma turma de 40 estudantes (IFNMG, 2017). É pertinente ressaltar que o IFNMG/Pirapora é a primeira, e até agora, a única instituição educacional federal da microrregião a oferecer ensino regular.

¹ Cursos na modalidade subsequente são destinados para alunos que já concluíram o ensino médio.

² Cursos na modalidade concomitante são ofertados para alunos que estão cursando o 2º (segundo) ou o 3º (terceiro) ano do ensino médio.

Hodiernamente, o IFNMG Campus Pirapora oferece os seguintes cursos técnicos integrados ao ensino médio: Técnico em Edificações, Técnico em Informática, Técnico em Energias Renováveis e Técnico em Vendas. Além dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, são ofertados os cursos técnicos subsequentes e concomitantes, quais sejam: Técnico em Administração, Técnico em Agente Comunitário de Saúde, Técnico em Desenho de Construção Civil, Técnico em Edificações, Técnico em Informática e Técnico em Segurança do Trabalho. IFNMG (2024). Os cursos técnicos citados não são os únicos ofertados, pois o IFNMG Campus Pirapora também oportuniza os cursos superiores de Administração, Engenharia Civil e Sistema de Informação (IFNMG, 2016).

Figura 6 - Imagem atual do Campus Pirapora



Fonte: Clodoaldo Roberto Alves (servidor do IFNMG-Campus Pirapora)

De mais a mais, o Campus Pirapora também oferece cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), que são programas de educação profissional de curta duração. Nessa modalidade de ensino, os pré-requisitos de escolaridade variam de acordo com o curso escolhido e pode ir desde o ensino fundamental incompleto até o nível superior completo. Essa modalidade de curso busca sintonizar a formação humana com a formação profissional, na perspectiva de uma educação crítico-emancipatória (IFNMG, 2024).

O IFNMG–Campus Pirapora, ao longo de sua trajetória, tem se consolidado como uma relevante instituição de ensino para a formação técnica e tecnológica na

região. Ancorado no objetivo de ampliar o acesso à educação profissional e promover o desenvolvimento da região, o campus oferece cursos diversificados, de qualidade e tem atendido às demandas do mercado de trabalho e da comunidade. O IFNMG/Pirapora tem sido fundamental para o crescimento educacional e econômico da sua região de abrangência, pois é o resultado da soma de uma equipe técnica e corpo docente, ambos qualificados e competentes, com uma infraestrutura moderna.

6. PERCURSO METODOLÓGICO

6.1. Fundamentação Metodológica

A presente pesquisa fundamenta-se na importância do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE), que oferece auxílios financeiros aos estudantes matriculados nos cursos presenciais do IFNMG por meio do edital de assistência estudantil. Esse edital regula a concessão dos auxílios, priorizando o atendimento aos alunos em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, observa-se que o processo de inscrição e seleção apresenta desafios significativos para os discentes. Entre os principais obstáculos identificados, destacam-se as dificuldades no acesso às informações do edital, as barreiras relacionadas ao uso das tecnologias digitais e a complexidade dos termos técnicos presentes no documento.

Com a finalidade de responder ao problema da pesquisa, este estudo baseou-se em uma investigação de abordagem qualitativa, buscando compreender, a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes do IFNMG/Pirapora no processo de inscrição nos editais de assistência estudantil. Segundo Minayo (2011), a pesquisa qualitativa envolve uma gama de significados, valores, atitudes, motivos, crenças e aspirações; todos esses aspectos dizem respeito ao mais profundo das relações e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.

Além disso, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, uma vez que tem como objetivo principal a identificação e descrição das dificuldades enfrentadas pelos estudantes do IFNMG/Pirapora no processo de inscrição nos editais de assistência estudantil. Para Gil (2002, p.42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Dessa forma, a pesquisa busca não apenas compreender o fenômeno em questão, mas também fornecer subsídios para possíveis melhorias na política de assistência estudantil.

Assim, ao adotar uma abordagem qualitativa e descritiva, esta pesquisa visou reflexões sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no processo de inscrição nos editais de assistência estudantil, considerando tanto os desafios individuais quanto os estruturais. Dessa maneira, os resultados deste estudo são primordiais para colaborar no desenvolvimento de ações institucionais que visem à

inclusão e à permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, promovendo uma educação mais equitativa e acessível.

6.2. Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Pirapora. A escolha desse local para estudos in loco dar-se-á pelo fato de ser uma instituição que oferece Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e promove diversas políticas públicas, dentre elas, a Assistência Estudantil.

6.3. Sujeitos da Pesquisa

O universo da pesquisa foi constituído por nove estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais do IFNMG/Pirapora. Integraram o estudo discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, bem como dos cursos superiores presenciais, que manifestaram interesse e concordaram voluntariamente em participar da investigação.

Como critério de inclusão, estabeleceu-se a matrícula ativa em cursos presenciais do Campus Pirapora, abrangendo as modalidades técnicas (integrada, concomitante e subsequente) e os cursos superiores presenciais. A participação esteve condicionada à adesão voluntária dos estudantes, formalizada conforme os procedimentos éticos da pesquisa.

Por outro lado, foram definidos como critérios de exclusão a inexistência de matrícula regular nos cursos presenciais contemplados pelo estudo e o vínculo com modalidades não incluídas no recorte investigativo. Dessa forma, não participaram da pesquisa estudantes matriculados na modalidade de Educação a Distância (EaD), em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou em quaisquer ofertas formativas eventuais que não integrassem o conjunto dos cursos técnicos presenciais ou dos cursos superiores presenciais do Campus Pirapora.

O processo de seleção teve início com a divulgação de convites direcionados aos estudantes que compunham o universo da pesquisa e que atendiam aos critérios estabelecidos. No caso dos cursos técnicos (integrados, concomitantes e subsequentes), a mobilização ocorreu por intermédio do Grêmio Estudantil. Já entre

os estudantes dos cursos superiores, o convite foi realizado de forma individual, considerando a inexistência de Diretório Acadêmico ativo no Campus Pirapora.

Ao final desse processo, nove estudantes participaram do estudo. A definição dos participantes buscou assegurar representatividade e diversidade, contemplando diferentes realidades e experiências em relação ao processo de inscrição na Assistência Estudantil. Para a composição do grupo focal, foram adotados os seguintes critérios: (1) vínculo acadêmico, garantindo a participação de estudantes regularmente matriculados e com experiência direta no processo de inscrição; (2) perfil socioeconômico, contemplando discentes de distintas condições, especialmente aqueles que já haviam solicitado os auxílios, tanto os que obtiveram deferimento quanto os que enfrentaram indeferimento ou dificuldades; (3) diversidade de cursos e modalidades, incluindo estudantes de cursos técnicos e superiores, a fim de possibilitar uma análise comparativa dos desafios em diferentes contextos formativos; (4) experiência no processo de inscrição, considerando tanto os que concluíram a inscrição quanto os que não conseguiram finalizá-la; e (5) interesse e disponibilidade para participação ativa nas discussões, assegurando um ambiente colaborativo para a produção dos dados.

As informações produzidas no grupo focal revelaram-se significativas para os objetivos da pesquisa. Após a coleta, os dados foram organizados, analisados e sistematizados, possibilitando uma compreensão aprofundada das dificuldades enfrentadas pelos estudantes e subsidiando a proposição de estratégias voltadas ao aprimoramento do processo de inscrição na Assistência Estudantil.

Conforme destaca Triviños (1987), no início do trabalho de campo, pesquisadores menos experientes podem supor que qualquer indivíduo seja capaz de fornecer as informações necessárias ao estudo. Contudo, a seleção de sujeitos adequados exige critérios rigorosos e, por vezes, um percurso marcado por ajustes e redefinições, até que se identifiquem os participantes mais alinhados aos objetivos da investigação. Esse processo pode envolver desafios e frustrações momentâneas, demandando do pesquisador preparo teórico e metodológico para lidar com imprevistos.

De modo geral, a população corresponde ao conjunto amplo de indivíduos que a pesquisa pretende representar por meio de seus resultados. Assim, a escolha criteriosa da amostra é fundamental para garantir que ela represente adequadamente o público-alvo, permitindo que as conclusões produzidas dialoguem

com um contexto mais abrangente. Nesse sentido, a definição clara do público investigado constitui etapa indispensável do planejamento da pesquisa, assegurando rigor metodológico, validade dos dados e potencial contributivo para a transformação social no âmbito do Campus Pirapora.

6.4. Critérios Éticos

A ética na pesquisa científica constitui princípio fundamental para assegurar a integridade dos estudos e a proteção dos participantes envolvidos. Em conformidade com a Resolução nº 510/2016, que regulamenta pesquisas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, é indispensável garantir o respeito à dignidade, à liberdade e à autonomia dos indivíduos. Nessa perspectiva, o presente estudo foi delineado de modo a assegurar que a participação ocorresse de forma voluntária, consciente e livre de qualquer tipo de coerção.

Foram igualmente adotadas medidas para que os riscos inerentes à pesquisa não ultrapassassem aqueles presentes no cotidiano dos participantes, prevenindo possíveis danos de natureza física, psicológica ou social. A proteção da identidade dos envolvidos constitui outro eixo central, com garantia de sigilo e confidencialidade das informações coletadas. Assim, o estudo comprometeu-se a observar rigorosamente os princípios éticos estabelecidos na normativa vigente, assegurando transparência e responsabilidade em todas as etapas da investigação. O respeito aos participantes, aliado à validade e à confiabilidade dos dados produzidos, configura elemento essencial para a construção de uma pesquisa ética e socialmente responsável (Brasil, 2016).

Considerando que a investigação envolveu estudantes adolescentes do Ensino Médio Integrado do IFNMG/Pirapora, cuja autonomia é juridicamente limitada em razão da menoridade, foram adotados o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O TALE assegurou a anuência dos estudantes menores de idade, enquanto o TCLE formalizou a autorização de seus responsáveis legais. Para os participantes maiores de 18 anos, foi utilizado exclusivamente o TCLE. Todas as informações acerca dos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa foram apresentadas de forma clara e acessível, tanto aos estudantes quanto aos seus responsáveis, garantindo plena compreensão.

Ademais, foi assegurado o direito de manifestação de dúvidas ou preocupações ao longo de todo o processo, bem como a possibilidade de recusa em responder a quaisquer questionamentos, sem qualquer prejuízo. Os termos foram formalizados por meio de documentos impressos, devidamente assinados e arquivados pelo pesquisador, em consonância com as diretrizes legais aplicáveis (Brasil, 2016).

Conforme destaca Deslandes (2007, p. 55), “além da elaboração do texto em si, o projeto da pesquisa que virá a ser realizada também deve ter a preocupação de não causar malefícios aos sujeitos envolvidos no estudo, preservando a sua autonomia em participar ou não do estudo, e garantindo o seu anonimato”. À luz dessa orientação, reconhece-se que a participação poderia suscitar algum desconforto ou constrangimento ao relatar dificuldades enfrentadas no processo de inscrição na Assistência Estudantil. Todavia, tais riscos foram minimizados ao se assegurar que os participantes se manifestassem apenas dentro de seus limites de conforto, podendo interromper sua participação ou deixar de responder perguntas a qualquer momento. O compromisso com o sigilo e a confidencialidade foi mantido de forma rigorosa, preservando a privacidade dos envolvidos e evitando qualquer exposição indevida.

Dessa maneira, a pesquisa foi conduzida de forma ética e responsável, garantindo que todos os participantes, independentemente da idade, compreendessem plenamente os objetivos do estudo e seus direitos. Foram adotadas todas as providências necessárias para minimizar eventuais desconfortos, respeitando-se a vontade, a autonomia e o bem-estar dos sujeitos.

Cumprir registrar que a presente pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, tendo sido devidamente aprovada conforme Parecer nº 90189325.9.0000.5146.

6.5. Descrição dos instrumentos da Pesquisa

A pesquisa científica é um processo estruturado que busca compreender fenômenos, responder a questões e produzir conhecimento de maneira sistemática. Para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, é necessário o uso adequado de instrumentos de pesquisa, que podem variar conforme a abordagem metodológica adotada. Nesse sentido, a definição e a aplicação correta dos

instrumentos de pesquisa são etapas importantes para a credibilidade científica do estudo. Além disso, a análise crítica desses instrumentos, considerando sua validade e confiabilidade, fortalece a precisão dos resultados e a contribuição da pesquisa para a comunidade acadêmica e a sociedade.

Dessa forma, Marconi e Lakatos (2003) defendem que a escolha do instrumental metodológico está diretamente vinculada ao problema de pesquisa e depende de diversos fatores, como a natureza dos fenômenos investigados, o objeto do estudo, os recursos financeiros disponíveis, a equipe envolvida e outros elementos que possam emergir durante a investigação.

Este trabalho fez uso da pesquisa bibliográfica e de campo. Na pesquisa bibliográfica, sua principal fonte é a escrita. Gil (2008, p. 29) afirma que “com base em material já publicado tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, dissertações, e anais de evento científicos”. Durante a investigação foi utilizada uma modalidade específica de documentos, obras escritas e eletrônicas.

Também foi adotada a pesquisa de campo, que, além da investigação bibliográfica e documental, promove a coleta de dados junto aos sujeitos envolvidos na realidade pesquisada. Essa observação direta das atividades do grupo estudado é utilizada para extrair dados e informações diretamente da realidade investigada (GIL, 2008).

Para a coleta de dados, optou-se pela técnica do grupo focal. De acordo com Barbosa e Gomes (1999), o grupo focal caracteriza-se como uma técnica de discussão informal, realizada com número reduzido de participantes, cujo objetivo é obter informações qualitativas aprofundadas. Trata-se de um método ágil e de baixo custo, amplamente utilizado na avaliação de atividades, serviços e produtos, pois possibilita captar percepções, opiniões e experiências dos participantes acerca dos temas em debate. A literatura recomenda que o grupo seja composto por sete a doze pessoas.

O grupo focal foi realizado em uma sala nas dependências do IFNMG/Pirapora, em ambiente previamente organizado para favorecer a escuta, a interação e a participação dos estudantes. Para assegurar a fidedignidade dos dados, foram realizadas gravações de áudio e imagem, possibilitando a posterior transcrição integral das falas e a preservação da literalidade dos depoimentos.

A atividade contou com a colaboração de dois servidores da instituição: Marlos de Souza Lacerda, Técnico em Assuntos Educacionais do Campus Pirapora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), que contribuiu na elaboração e no refinamento das perguntas norteadoras; e Clodoaldo Roberto Alves, servidor do setor de Comunicação e Eventos do Campus Pirapora e mestre em Educação, que auxiliou nos aspectos técnicos e organizacionais do encontro. Essa colaboração contribuiu para a adequada condução da atividade.

Participaram do grupo focal nove estudantes, número que se encontra dentro do quantitativo recomendado pela literatura. Os convites aos discentes dos cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes foram realizados por meio do Grêmio Estudantil, enquanto os estudantes dos cursos superiores foram convidados individualmente, em razão da inexistência de Diretório Acadêmico ativo no campus. Todos os participantes possuíam experiência no processo de submissão de documentos para solicitação de auxílio estudantil, o que garantiu a pertinência das discussões e a consistência das informações produzidas.

Desse modo, o grupo focal consolidou-se como instrumento adequado aos objetivos da pesquisa, possibilitando a obtenção de dados ricos, contextualizados e socialmente situados. Sua aplicação contribuiu para uma compreensão aprofundada das percepções e experiências dos estudantes, fortalecendo a análise qualitativa e ampliando a capacidade explicativa do estudo acerca das dificuldades enfrentadas no processo investigado.

6.6. Metodologia para Análise de Dados

A análise de dados é uma etapa fundamental da pesquisa científica, pois permite interpretar as informações coletadas e extrair significados relevantes para o estudo a partir das informações obtidas preliminarmente. Os instrumentos de coleta de dados foram estruturados e organizados, garantindo uma abordagem rigorosa e consistente com os objetivos do estudo.

Para Marconi e Lakatos (2003) a análise e a interpretação são atividades distintas, porém interligadas, e envolvem um processo composto por duas operações. A análise, busca evidenciar as relações entre as ocorrências estudadas e outros fatores, ocorrendo em três níveis: interpretação, explicação e compreensão.

Já a interpretação consiste em uma atividade intelectual que amplia o significado das respostas, relacionando-as a outros conhecimentos.

Essa análise foi conduzida por meio de uma leitura crítica, fundamentada na análise de conteúdo, permitindo uma abordagem sistemática e rigorosa dos materiais encontrados. Esse método possibilita a categorização das informações, identificando padrões, recorrências e significados subjacentes ao conteúdo analisado. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas destinadas à análise sistemática e objetiva de comunicações, com o objetivo de descrever e interpretar o conteúdo das mensagens, através de procedimentos que podem incluir categorias de fragmentação e codificação, a análise de conteúdo busca extrair significados e inferências sobre as condições de produção e recepção das mensagens analisadas.

Dessa forma, a análise de conteúdo possibilita uma compreensão mais profunda das informações, contribuindo para uma interpretação fundamentada e crítica dos dados examinados. Segundo Santos (2012), a interpretação de dados exige que o pesquisador fundamente suas inferências em um referencial teórico sólido, o que requer uma leitura aprofundada dos conteúdos. Nesse contexto, Bardin (2011) ressalta que a definição de um referencial teórico é essencial, pois as categorias de análise e os objetivos da pesquisa devem estar baseados em teorias já existentes.

Além disso, destaca a importância da seleção criteriosa do material a ser analisado, garantindo a coerência com os objetivos do estudo. A análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), envolve um processo de codificação no qual o material é fragmentado em unidades menores de significado. Essa etapa é essencial para que a interpretação dos dados vá além da descrição superficial, permitindo a identificação de significados que revelam aspectos da realidade social, cultural ou psicológica, sempre embasado nos conceitos teóricos estabelecidos.

Para assegurar a validade das inferências, a autora recomenda a comparação dos resultados com referências teóricas e estudos anteriores. A apresentação dos resultados deve ser clara e alinhada ao referencial teórico escolhido, permitindo que os leitores compreendam como as conclusões foram alcançadas. Quando bem fundamentada, a análise de conteúdo não apenas revela significados subjacentes nas comunicações estudadas, mas também pode indicar novas direções para pesquisas futuras e oferecer contribuições práticas relevantes.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1. Análise e Discussão Dos Resultados

7.2. Contextualização Dos Critérios De Análise

Para a análise dos dados produzidos nesta pesquisa, foram definidas categorias que possibilitaram organizar e interpretar as falas dos participantes, permitindo compreender de forma mais sistemática as dificuldades enfrentadas no processo de inscrição nos editais da política de assistência estudantil do IFNMG/Pirapora. A construção dessas categorias ocorreu a partir da leitura das transcrições do grupo focal, buscando identificar elementos recorrentes nos relatos, bem como aspectos que revelassem percepções, experiências e obstáculos vivenciados no acesso à referida política pública, em diálogo com os autores abordados na seção epistemológica deste estudo.

Antes de apresentar as categorias de análise, cabe realizar uma breve retomada da metodologia adotada. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, tendo como objetivo compreender as adversidades enfrentadas pelos discentes nesse processo seletivo. Como instrumento de produção de dados, utilizou-se o grupo focal, estratégia que possibilita a interação entre os envolvidos e favorece a expressão de percepções, experiências e opiniões sobre o fenômeno. Participaram da pesquisa nove estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais do campus, contemplando alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, técnicos concomitantes e subsequentes, além do ensino superior. Para preservar o anonimato, os participantes foram identificados no texto pelas siglas E1 a E9.

Após a realização do grupo focal, as falas foram transcritas, analisadas e organizadas em temas recorrentes que deram origem às categorias adotadas neste estudo. Elas foram estruturadas de modo a evidenciar diferentes dimensões do processo de acesso à assistência estudantil, considerando tanto aspectos institucionais quanto as vivências relatadas pelos próprios estudantes.

A primeira categoria, “O Processo de Acesso à Política Pública da Assistência Estudantil”, reúne posicionamentos dos sujeitos relacionados aos entraves na compreensão e no acesso aos editais. A segunda categoria, “A Ferramenta: obstáculos tecnológicos e de suporte”, contempla os relatos

referentes às dificuldades encontradas no uso do sistema de inscrição. Por fim, a terceira categoria, “Política Pública de Assistência Estudantil - percepções dos estudantes”, aborda a avaliação dos discentes sobre essa política, evidenciando como compreendem sua importância, seus limites e seus desafios no contexto institucional.

7.3. O Processo de Acesso à Política Pública da Assistência Estudantil

O acesso à Política Pública de Assistência Estudantil, no âmbito do IFNMG/Pirapora não se configura apenas como uma etapa administrativa, mas como um espaço em que se revelam as contradições entre os objetivos da política e sua concretização no cotidiano institucional. Embora essa política tenha como finalidade assegurar condições de permanência e êxito aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os relatos dos discentes evidenciam que o percurso de acesso é marcado por dificuldades relacionadas à linguagem dos editais, às estratégias de divulgação e à acessibilidade das informações. As falas que se seguem explicitam como esses elementos se materializam na experiência dos estudantes, interferindo diretamente na compreensão dos editais, no acompanhamento dos prazos e na possibilidade de efetivar a inscrição nos auxílios ofertados.

Nesse sentido, E1. aponta que “Ah, eu acho que começa muito com a linguagem. Eh, eu acho que a linguagem muitas vezes não é acessível. E essa eu acho que é a primeira barreira”, evidenciando que a forma como os editais são redigidos já se apresenta como um obstáculo inicial ao acesso à política. Essa dificuldade se torna ainda mais evidente quando o (a) E2 relata: “[...] tem um edital lá que fala sobre interposição de denúncia. Eu não sabia o que que era até eu chegar em [...] e perguntar [...]”, demonstrando como o uso de termos técnicos compromete a compreensão do conteúdo por parte dos estudantes.

As limitações relacionadas à linguagem e à compreensão dos editais não se configuram como situações pontuais, mas expressam entraves estruturais no processo de execução da política de assistência estudantil. Nesse sentido, conforme aponta Oliveira (2024, p. 29), “a complexidade dos editais associada à situação cotidiana de cada estudante dificulta o acesso ao auxílio permanência”, o que

dificulta a efetivação dessa política enquanto direito educacional. Tal compreensão dialoga com Jesus (2016), ao afirmar que quando os estudantes não conseguem acessar os auxílios, o Programa de Assistência Estudantil deixa de cumprir sua finalidade social, que consiste em reduzir as desigualdades por meio da educação e assegurar condições de acesso, permanência e êxito escolar aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Essa compreensão é reforçada por Queirós (2015, p. 76), ao afirmar que “A Política de Assistência Estudantil é política de garantia do direito à educação, na medida em que, para além do ‘ingresso’, ela é norteada pela ‘permanência’”, com objetivo de garantir a conclusão dos estudos”. Desse modo, as dificuldades de acesso relatadas pelos estudantes não representam apenas entraves operacionais, mas comprometem o próprio sentido da política enquanto instrumento de garantia do direito à educação.

Além das dificuldades de compreensão, os estudantes também destacam problemas relacionados à divulgação das informações e à organização dos canais institucionais. O (a) E3 afirma que “[...]os editais ficam, entre aspas, escondidos dentro do site dentro do portal da escola”, indicando que a forma de disponibilização das informações dificulta o acesso. Essa percepção é reforçada pelo E4 ao sintetizar que “[...]o site confuso[...]”, bem como pelo (a) E5, ao apontar que “[...]se você descobre tarde, não adianta nada o prazo ser bom[...]”, evidenciando que a existência de prazos adequados não garante, por si só, o acesso efetivo à política. Nessa mesma direção, o (a) E6 relata: “Quando eu descobri, eu nem sabia que o instituto fornecia [...] eu vi uma fila enorme de alunos [...] aí eu fui buscar saber”, revelando que o conhecimento acerca da assistência estudantil ocorreu de forma ocasional, motivado pela curiosidade e não por uma estratégia institucional de divulgação. Esse relato evidencia que, para alguns estudantes, o acesso à informação não decorre dos canais oficiais, mas de situações fortuitas, o que reforça as fragilidades no processo de comunicação da política.

Esse fato já havia sido mencionado por Jesus (2016), ao observar um número reduzido de estudantes que afirmaram ter obtido informações por meio do portal oficial do Instituto, o que suscita a hipótese de que o site não disponha de um layout que favoreça um acesso direto às informações ou, ainda, de que os discentes não possuam o hábito de acompanhar as notícias pela página institucional.

Nesse viés, as constatações de Magalhães (2024) dialogam diretamente com o apontamento de Jesus (2016), ao evidenciar que a dificuldade de acesso às informações institucionais não se restringe à ausência de divulgação, mas também à forma como essas informações são organizadas e disponibilizadas no portal oficial. Em sua dissertação *Garantia do Direito à Educação: A Lei de Cotas e a Persistência da Desclassificação no IFNMG/Campus Januária*, Magalhães (2024) registra reclamações recorrentes acerca da dificuldade de navegação no site institucional, destacando que candidatos relataram obstáculos para localizar editais, compreender as etapas do processo e acessar documentos. Tal cenário reforça a compreensão de que a mediação tecnológica, quando não estruturada de forma clara e acessível, pode constituir-se como mais um fator de desigualdade, incidindo especialmente sobre aqueles com menor familiaridade com a navegação em ambientes virtuais.

Nesse contexto, as dificuldades relatadas pelos estudantes também podem ser compreendidas à luz das reflexões de Souza; Barbosa (2025), ao apontarem que, embora as tecnologias digitais promovam maior agilidade nos processos administrativos e reduzam o uso de materiais impressos, elas também podem acentuar processos de exclusão digital, sobretudo entre estudantes com menor familiaridade com os recursos tecnológicos. Assim, a centralidade dos meios digitais no acesso à Política Pública de Assistência Estudantil, quando não acompanhada de estratégias de orientação e apoio, tende a aprofundar desigualdades já existentes, em vez de mitigá-las.

7.4. A Ferramenta: obstáculos tecnológicos e de suporte

A operacionalização da Política de Assistência Estudantil, especialmente na etapa de inscrição e submissão documental, evidencia que o acesso aos auxílios não se esgota na divulgação das informações ou na compreensão dos editais. Ao contrário, ele se materializa, na mediação tecnológica estabelecida entre o estudante e a política pública. Nesse contexto, o sistema Cajuí, enquanto ferramenta institucional destinada a viabilizar o processo de inscrição, assume papel importante na experiência discente. As falas dos estudantes revelam que instabilidades da plataforma, dificuldades de acesso por diferentes dispositivos, ausência de confirmação do envio de documentos e limitações no atendimento e suporte técnico configuram obstáculos concretos à efetivação do direito à assistência estudantil.

Assim, este tópico analisa como esses entraves tecnológicos e operacionais impactam o acesso, a permanência e a confiança dos estudantes na política, evidenciando tensões entre a proposta institucional da ferramenta e as condições reais de uso pelos sujeitos atendidos.

Embora o sistema Cajuí seja apresentado institucionalmente como uma plataforma desenvolvida com foco na simplicidade e na usabilidade, voltada a atender de forma integrada às demandas acadêmicas e administrativas dos estudantes do IFNMG (IFNMG, 2017), as falas dos estudantes revelam uma distância significativa entre essa concepção normativa e a experiência concreta de uso, especialmente no que se refere ao módulo de Assistência Estudantil. Tal desalinhamento evidencia que a funcionalidade técnica do sistema não se traduz, necessariamente, em acessibilidade efetiva para todos os públicos que dele necessitam.

Essa contradição se manifesta, inicialmente, nas dificuldades relacionadas ao envio e à confirmação de documentos, aspecto recorrente nos relatos dos estudantes. O (a) E2 explicita esse entrave ao afirmar: “Acho que o que mais me deixa confuso assim na parte de anexar os documentos é porque não mostra assim que tá concluído, não só deixa lá aberto e não tem como eu saber se já chegou na assistência estudantil se tá lá ou se não foi anexado certo”. De forma semelhante, o (a) E7 relata: “Quando eu tava fazendo, eh, mais uma vez eu fiquei sem saber se eu tinha enviado o documento, ou se tinha ido ou não. Eu tive que excluir tudo que eu tinha enviado para enviar de novo para ter certeza”. Essas falas evidenciam a ausência de mecanismos claros de confirmação e visualização, o que gera insegurança, retrabalho e desgaste no processo de inscrição, sobretudo para estudantes que já vivenciam situações de vulnerabilidade.

Além disso, as dificuldades de acesso à plataforma variam de acordo com as condições materiais dos estudantes, revelando um processo de exclusão digital que contradiz o discurso de universalização do acesso. O (a) E3 aponta que “[...]a parte de anexar o documento no Cajuí é muito mais fácil no computador do que no telefone”, ressaltando que muitos alunos utilizam celulares mais simples, nos quais o sistema apresenta instabilidade ou fecha inesperadamente. Essa realidade reforça as reflexões de Souza e Barbosa (2025), ao apontarem que, embora as tecnologias digitais promovam maior agilidade nos processos administrativos, elas também

podem acentuar processos de exclusão digital, sobretudo entre estudantes com menor familiaridade ou acesso precário aos recursos tecnológicos.

A instabilidade do sistema aparece como outro elemento central nas falas dos estudantes, impactando diretamente o cumprimento de prazos e a segurança da submissão das inscrições. O (a) E3 ainda relata que “tem muitas vezes [...] que o Cajuí não tá funcionando”, enquanto outros estudantes descrevem a recorrência de erros ao tentar atualizar a página ou anexar documentos. O (a) E8 complementa ao afirmar que, mesmo com os arquivos dentro do peso permitido, “[...]o Cajuí não tava aceitando” que exigiu tentativas repetidas ao longo de vários dias. Essas experiências empíricas corroboram a análise de Oliveira (2024), ao destacar que, por se tratar de uma ferramenta recente, o Cajuí ainda demanda ajustes e aprimoramentos, especialmente nos módulos relacionados à Assistência Estudantil.

Nesse contexto, embora o IFNMG reconheça que o sistema passa por constantes atualizações das funcionalidades para se adequar aos Projetos Pedagógicos dos Cursos, assim como às reestruturações dos regulamentos institucionais (IFNMG, 2022), as falas dos estudantes indicam que tais atualizações ainda não têm sido suficientes para garantir um processo de inscrição seguro, transparente e acessível. A centralização do desenvolvimento e da manutenção do sistema em um número reduzido de profissionais, conforme aponta Oliveira (2024), reforça a necessidade de ampliação da equipe de Tecnologia da Informação dedicada especificamente ao módulo de Assistência Estudantil, de modo a responder às demandas reais apresentadas pelos usuários.

Dessa forma, o que se observa é que os obstáculos tecnológicos enfrentados pelos estudantes não se restringem a falhas pontuais do sistema, mas expressam um problema estrutural de adequação entre a ferramenta digital e o público ao qual ela se destina. Ao comprometer o envio, a confirmação e a visualização dos documentos, o Cajuí acaba se configurando, para parte dos estudantes, não como um facilitador do acesso à política de assistência estudantil, mas como mais uma barreira no percurso de garantia do direito à permanência.

7.5. Política Pública de Assistência Estudantil - percepções dos estudantes

Conforme assinalam Souza e Barbosa (2025), a educação pode, simultaneamente, configurar-se como instrumento de mobilidade social e como mecanismo de reprodução das desigualdades existentes. No âmbito da Política Pública de Assistência Estudantil, essa dualidade manifesta-se de forma concreta quando o acesso aos auxílios, embora previsto como direito social, não se efetiva de maneira equitativa entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesses casos, a política, ao invés de cumprir plenamente sua função reparadora, passa a operar de forma contraditória, reforçando desigualdades que deveria combater.

As falas dos estudantes evidenciam essa contradição ao revelarem, de forma recorrente, percepções de injustiça e desalinhamento entre os objetivos da política e sua materialização no cotidiano institucional. O (a) E8 expressa esse sentimento ao afirmar: “Tipo, mesmo toda essa rigorosidade do do edital, eu não sei o que que tá acontecendo, mas nos últimos tempos para cá muita gente realmente precisa não tá conseguindo e quem não precisa tá conseguindo”. A crítica apresentada não se dirige à existência da política em si, mas à forma como ela tem sido operacionalizada, especialmente no que se refere aos critérios de seleção e à efetiva priorização dos estudantes em maior situação de vulnerabilidade.

Tal percepção é reforçada pelo (a) E9, ao problematizar as desigualdades concretas vivenciadas no cotidiano acadêmico: “Eu falo porque, tipo assim, não é que a gente escolha quem precisa, mas tipo assim, por exemplo, quem quem tem gente que mora, sei lá, é em Várzea da Palma, tem que pagar veículo todo, não sei, tem que pagar uma certa, sabe? Enfim, é, eu acho bem questionável”. Essa fala evidencia que os estudantes reconhecem a assistência estudantil como uma política de reparação social, mas percebem uma distância entre esse propósito e os efeitos reais produzidos, sobretudo quando fatores como deslocamento, custos cotidianos e condições materiais não são devidamente considerados no processo de concessão dos auxílios.

As percepções de injustiça e frustração relatadas pelos discentes encontram respaldo em análises que evidenciam os limites estruturais da política. Conforme apontam Silva e Costa (2018), a proteção da chamada “ação social”, embora

crecente, apresenta baixa cobertura, alcançando apenas uma parcela do público demandante e oscilando entre aproximadamente um quarto e um terço dos estudantes elegíveis. Tal cenário contribui para a sensação de exclusão e seletividade excessiva, percebida pelos estudantes como uma contradição interna da política.

Nesse contexto, Queirós (2015) adverte que as políticas compensatórias inclusivas acabam se tornando excludentes, na medida em que, condicionadas à limitação orçamentária, precisam “filtrar” e “selecionar” ainda mais os destinatários da ação, operando sob a lógica de “excluir para incluir”. Essa dinâmica ajuda a compreender por que a política, mesmo sendo reconhecida como essencial, é vivenciada pelos estudantes como insuficiente e, em alguns casos, injusta.

E7 explicita os impactos concretos dessa lógica seletiva sobre a trajetória acadêmica dos discentes:

Acho que o impacto vem sobre aqueles que não conseguem benefício, não que eles não se encaixam no perfil. A gente sabe de alguns alunos que não conseguiam, mas mereciam, né? Estavam dentro. Eu acho que um impacto vem sobre essas pessoas, né? Algumas pessoas desistem do curso, pô, ah, difícil, ah, longe de casa, tem que pagar isso, tem que pagar aquilo, não conseguir nem manter no curso (Grupo Focal - E7).

Essa fala dialoga diretamente com Jesus (2016), ao evidenciar que as dificuldades de acesso à assistência estudantil comprometem a permanência e podem levar à evasão, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A política, nesse sentido, deixa de cumprir sua finalidade social de garantir condições de acesso, permanência e êxito, conforme previsto em seus marcos normativos.

Apesar das críticas, as falas também revelam um forte sentimento de co-responsabilidade por parte dos estudantes, que não rejeitam a política, mas a defendem a partir da expectativa de que ela funcione de forma mais justa. E1 sintetiza essa postura ao afirmar:

A assistência estudantil é pra dar assistência aos que mais precisam, e os que mais precisam muitas vezes são os que menos têm ferramentas[...] Então, se tivesse essa cultura na instituição, eu acho que de fato muitas pessoas[...] conseguiriam[...] se inscrever e finalizar a inscrição e receber[...], porque os que mais precisam é o que eu vejo que não recebem (Grupo Focal - E1).

Essa afirmação revela que a frustração não decorre da negação dessa política, mas do reconhecimento de seu valor e de seu potencial transformador. Como observa Oliveira (2024), a permanência do discente na educação básica e superior depende não apenas da existência de políticas públicas, mas também de sensibilidade institucional para os obstáculos que impedem os estudantes de acessá-las. Assim, as críticas formuladas pelos discentes expressam não um descrédito, mas a reivindicação por uma política de assistência estudantil mais sensível às desigualdades reais e mais alinhada às necessidades concretas dos sujeitos que dela dependem.

Dessa forma, as percepções dos estudantes acerca da Política Pública de Assistência Estudantil evidenciam uma leitura crítica sobre os limites entre sua concepção e materialização no cotidiano institucional. Embora reconhecida como fundamental para a permanência e o êxito acadêmico, a política tem sido vivenciada de modo contraditório, especialmente quando não alcança os estudantes em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tal desalinhamento entre objetivos e operacionalização reforça a contradição apontada pela literatura, segundo a qual políticas orientadas pela equidade podem, em determinados contextos, reproduzir desigualdades. Ainda assim, a crítica discente expressa um sentimento de co-responsabilidade, indicando que a frustração decorre da expectativa de efetivação da política enquanto direito social.

8. PRODUTO EDUCACIONAL

8.1. Descrição e Objetivo

A articulação entre a produção de conhecimento e o desenvolvimento de produtos educacionais constitui elemento obrigatório do mestrado profissional, pois rompe com a lógica de uma pesquisa dissociada da realidade concreta. Nessa perspectiva, a elaboração de produtos educacionais não se configura como etapa complementar, mas como expressão da própria identidade do programa, uma vez que materializa, de forma sistematizada e fundamentada teoricamente, os resultados da investigação desenvolvida.

Ao integrar pesquisa, intervenção e aplicabilidade em um mesmo movimento formativo, o mestrado profissional reafirma sua dimensão propositiva e seu compromisso social, consolidando o produto educacional como síntese do processo investigativo e como instrumento de atuação concreta sobre o contexto estudado.

Nesse cenário, o produto educacional assume a função de mediação entre o conhecimento produzido e as demandas efetivas da realidade, conferindo concretude às análises realizadas. Seu objetivo deve ser formulado de maneira clara e articulada ao problema de pesquisa, expressando a transformação que se pretende promover no contexto investigado. Não se trata apenas de disponibilizar um material ou recurso didático, mas de intervir na realidade analisada, contribuindo para o enfrentamento das dificuldades identificadas e para o aprimoramento das práticas institucionais.

Assim, o objetivo do produto precisa evidenciar sua dimensão formativa, informativa e emancipatória, indicando quais conhecimentos busca socializar, quais processos pretende fortalecer e quais sujeitos serão diretamente beneficiados, reafirmando a natureza formativa e o compromisso social que caracterizam o mestrado profissional.

Além disso, a definição do objetivo deve estar articulada a critérios de viabilidade, aplicabilidade e avaliação, assegurando sua efetiva inserção no contexto para o qual foi concebido. Isso implica delinear caminhos para sua implementação, considerando as condições institucionais, os sujeitos envolvidos e as mediações necessárias à sua consolidação. Nessa perspectiva, o produto educacional precisa prever formas de avaliação, que permitam examinar seus efeitos no contexto de aplicação, bem como identificar seus alcances, limites e possibilidades de

aprimoramento. Tal perspectiva reforça a indissociabilidade entre teoria e prática, garantindo que o conhecimento produzido ultrapasse o plano discursivo e se traduza em ações capazes de contribuir, de forma crítica e consistente, para a melhoria da realidade investigada.

Cabe destacar, ainda, que o objetivo do produto educacional precisa estar vinculado ao problema que deu origem à investigação, funcionando como desdobramento das análises realizadas ao longo da pesquisa. Sua formulação precisa evidenciar consistência teórica e pertinência prática, demonstrando que a intervenção proposta resulta de um percurso investigativo fundamentado. Dessa maneira, o produto educacional deste estudo consolida-se como expressão concreta das conclusões alcançadas, traduzindo os achados da pesquisa em proposições objetivas e contextualizadas, alinhadas às demandas evidenciadas na realidade investigada.

8.2. Estrutura do Produto Educacional

Para a construção do produto educacional deste estudo, foram consideradas as orientações de Kaplún (2003), segundo o qual diversos recursos podem desempenhar papel formativo, a depender do contexto em que se inserem. Partindo dessa compreensão, empreendeu-se um esforço para elaborar um material que cumprisse a função de orientar os estudantes de maneira didática e acessível. Buscou-se adotar uma linguagem formal, em consonância com o caráter institucional dos editais, mas, ao mesmo tempo, próxima da realidade e do repertório dos(as) estudantes. Além disso, optou-se por vídeos curtos, objetivos e visualmente atrativos, priorizando a clareza das informações e a comunicação direta, evitando excessos e elementos que pudessem comprometer a compreensão do conteúdo.

O produto educacional desenvolvido nesta pesquisa³ consiste em um guia em formato de vídeos, elaborado com o objetivo de auxiliar os estudantes do IFNMG/Pirapora no processo de inscrição nos editais de assistência estudantil. Sua concepção está diretamente articulada ao problema de pesquisa, que busca compreender as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no acesso a essa

³ A produção foi custeada pelo Edital nº. 631, de 26 de julho de 2024 - Financiamento de Taxas de Bancada para Orientadores(As) em Programas de Pós-Graduação Stricto-Sensu - Propri - IFNMG. Os vídeos estão neste link:

https://drive.google.com/drive/folders/1WNP9FhPbqZ3X8n_o_DPq09jyFjoLfAgY?usp=sharing

política, especialmente no que se refere à interpretação dos editais, ao uso do sistema de inscrição e ao cumprimento das exigências documentais previstas nos processos seletivos.

Os vídeos que compõem o guia tiveram seus elementos visuais produzidos com o apoio de ferramentas de inteligência artificial, utilizadas exclusivamente para a criação de ilustrações e animações. Os roteiros, os conteúdos informativos e as orientações foram elaborados pelo pesquisador, em conjunto com sua orientadora, com base nos editais institucionais e nos dados obtidos ao longo da pesquisa, assegurando a confiabilidade das informações e o alinhamento com a realidade institucional. A opção pelo formato audiovisual fundamenta-se em seu potencial comunicacional e pedagógico, uma vez que possibilita a apresentação das informações de maneira clara, objetiva e acessível. O uso da inteligência artificial restringiu-se ao aspecto visual do material, contribuindo para torná-lo mais atrativo e compreensível, sem interferir no conteúdo normativo e orientador do guia, preservando, assim, os princípios éticos e o rigor acadêmico da pesquisa.

O guia foi estruturado de forma sequencial e didática, acompanhando as etapas que o(a) estudante percorre ao longo do processo de inscrição no Programa de Assistência Estudantil. Cada vídeo cumpre uma função específica dentro desse percurso orientador, sendo todos disponibilizados com legendas, de modo a ampliar a acessibilidade e favorecer a compreensão das informações apresentadas.

O Vídeo 01, Quem pode participar do Programa de Assistência Estudantil, com duração aproximada de 51 segundos, apresenta de forma objetiva os critérios de elegibilidade estabelecidos no edital. Nele, são explicitadas as condições necessárias para que o estudante possa participar do processo seletivo, contribuindo para a compreensão inicial acerca do público contemplado pela política.

Na sequência, com duração aproximada de 1 minuto e 8 segundos, o Vídeo 02, Quais documentos preciso enviar, dedica-se à exposição detalhada da documentação exigida, orientando os estudantes quanto aos comprovantes requeridos e enfatizando a importância do envio correto e completo das informações solicitadas.

No Vídeo 03, Como comprovar a renda familiar, com aproximadamente 54 segundos, são esclarecidos os procedimentos para a comprovação de renda considerando as diferentes configurações familiares e situações socioeconômicas previstas no edital, o que favorece maior segurança no momento da inscrição.

De maneira complementar, com duração aproximada de 26 segundos, o Vídeo 04, Quais despesas preciso comprovar, aborda as despesas passíveis de análise no estudo socioeconômico, indicando os documentos correspondentes e reforçando a relevância dessas informações para a avaliação do perfil do estudante.

Posteriormente, o Vídeo 05, Como fazer a inscrição no Cajuí, com aproximadamente 1 minuto e 29 segundos, apresenta um percurso demonstrativo do processo de inscrição no sistema, detalhando o preenchimento dos campos, a anexação adequada dos documentos e a finalização do procedimento, de modo a reduzir possíveis dúvidas.

Por fim, o Vídeo 06, O que acontece depois da inscrição, com duração aproximada de 1 minuto e 41 segundos, esclarece as etapas subsequentes à submissão, incluindo os procedimentos de análise, a publicação dos resultados e os encaminhamentos posteriores, oferecendo ao estudante uma visão integral do fluxo do processo seletivo.

Desse modo, cada vídeo desempenha função complementar, compondo um percurso formativo que orienta o estudante desde a verificação dos critérios de participação até a compreensão das etapas posteriores à inscrição. Além de apresentar as fases formais do processo, o guia contempla orientações relacionadas às dificuldades mais recorrentes identificadas na pesquisa, tais como problemas na anexação de documentos, insegurança quanto à confirmação da inscrição e desconhecimento dos prazos estabelecidos. Assim, o produto não se limita à reprodução das informações constantes no edital, mas configura-se como recurso complementar de orientação.

Do ponto de vista pedagógico, o guia compreende a assistência estudantil como um direito social e como instrumento fundamental para a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes. Nessa perspectiva, assume também caráter formativo, ao contribuir para o fortalecimento da autonomia estudantil e para a ampliação do acesso às políticas públicas educacionais.

Por fim, destaca-se que o material foi concebido como ferramenta de apoio institucional, passível de utilização em ações de acolhimento, orientação e divulgação promovidas pelo campus, especialmente nos períodos de lançamento dos editais, colaborando para o aprimoramento das estratégias de comunicação e para a redução das dificuldades enfrentadas pelos estudantes no processo de inscrição na assistência estudantil.

8.3. Resultados da avaliação do Produto Educacional

A avaliação do Produto Educacional foi realizada pelos próprios estudantes que participaram do grupo focal, com o propósito de assegurar que a análise contemplasse a percepção do público diretamente envolvido com a política de assistência estudantil. O contato inicial ocorreu por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, ferramenta amplamente utilizada pelo público discente, o que favoreceu a comunicação e o retorno dos participantes. Após essa aproximação, encaminhou-se o Produto Educacional e, na sequência, o *link* do formulário de avaliação, elaborado na plataforma Google Forms.

O instrumento avaliativo foi composto por cinco questões fechadas, organizadas em escala de concordância — Concordo totalmente; Concordo parcialmente; Nem concordo nem discordo; Discordo parcialmente; Discordo totalmente —, e uma questão aberta destinada a identificar, a partir da percepção dos estudantes, em que medida os vídeos contribuíram para reduzir dificuldades relacionadas à compreensão do edital e à realização da inscrição na Assistência Estudantil.

Inicialmente, incluiu-se a questão referente ao consentimento — "Você concorda em participar desta pesquisa de forma voluntária?" —, com o objetivo de assegurar a observância dos princípios éticos que orientam as pesquisas envolvendo seres humanos. Todos os nove estudantes responderam afirmativamente, manifestando anuência expressa à participação.

No que se refere às questões fechadas, observou-se concordância unânime em todas as afirmações apresentadas. Na questão "Os vídeos facilitaram meu acesso às informações sobre o edital de Assistência Estudantil", os nove participantes assinalaram a alternativa "concordo totalmente", indicando que o material ampliou o acesso às informações e favoreceu a compreensão do conteúdo do edital. Da mesma forma, na questão "A linguagem utilizada nos vídeos foi clara e fácil de entender", todos os estudantes marcaram "concordo totalmente", evidenciando que a linguagem empregada mostrou-se adequada ao perfil do público-alvo e favoreceu a clareza expositiva.

Na questão "As explicações dos vídeos evitaram o uso de termos difíceis ou linguagem muito técnica", também se verificou concordância unânime, uma vez que

todos os participantes assinalaram a alternativa “concordo totalmente”. Tal resultado indica que o material conseguiu apresentar as orientações de maneira didática e acessível, reduzindo a presença de terminologias excessivamente técnicas e atenuando as barreiras linguísticas frequentemente associadas ao texto normativo do edital. Em relação à questão "O formato em vídeo tornou as informações mais acessíveis do que apenas a leitura do edital", novamente houve unanimidade na alternativa “concordo totalmente”, sinalizando que o recurso audiovisual potencializou a compreensão ao complementar o texto escrito com explicações organizadas e sequenciais.

Por fim, na questão "Os vídeos ajudaram a entender melhor o passo a passo da inscrição no sistema Cajuí", todos os estudantes assinalaram “concordo totalmente”, evidenciando que o material contribuiu de maneira significativa para o esclarecimento das etapas operacionais do processo de inscrição, especialmente no preenchimento do formulário e na anexação da documentação exigida. De forma geral, os resultados demonstram que o Produto Educacional cumpriu sua finalidade orientadora, ampliando a compreensão das informações e favorecendo o uso mais seguro e autônomo da ferramenta digital pelos estudantes.

A análise das respostas à questão aberta — "Na sua experiência, quais dificuldades relacionadas ao entendimento do edital ou ao processo de inscrição na Assistência Estudantil foram reduzidas após assistir aos vídeos? Explique." — evidencia uma avaliação amplamente positiva do Produto Educacional. De modo recorrente, os estudantes destacaram a clareza, a objetividade e a acessibilidade da linguagem como aspectos importantes para a redução das dificuldades anteriormente enfrentadas.

Um(a) estudante afirmou que a explicação passou a ocorrer de maneira “objetiva e clara”, com mais informações que auxiliam na compreensão do que é necessário, destacando que os vídeos orientam cada etapa do processo, diferentemente do envio exclusivo do edital em formato PDF. Outro(a) participante ressaltou que os vídeos tornaram mais claras as etapas do processo seletivo, especialmente quanto aos “critérios para solicitação do auxílio”, “ao passo a passo [...] da inscrição”, à documentação exigida e às fases do edital, enfatizando a utilização de “linguagem clara, visual e objetiva”.

Em consonância, um(a) estudante afirmou que o entendimento das informações tornou-se mais claro em razão de uma “linguagem [...] acessível aos

jovens", enquanto outro(a) destacou que a adoção de uma linguagem mais simples possibilitou melhor compreensão e esclarecimento de "dúvidas de forma sucinta". Tais manifestações indicam a adequação comunicacional do material ao perfil do público discente.

Outro(a) participante salientou a redução de conteúdos considerados excessivos, o "melhor entendimento" do sistema "Cajui", a explicitação de termos pouco conhecidos e a utilização de comunicação direta, sugerindo, inclusive, a ampliação da divulgação de materiais semelhantes em outros espaços institucionais, como os "corredores da instituição", o que revela não apenas aprovação, mas também reconhecimento do potencial institucional do produto.

Um(a) estudante destacou, ainda, a dificuldade relacionada à extensão e à complexidade do edital, considerado longo e de leitura complexa, reconhecendo que os vídeos facilitam a compreensão de termos e sintetizaram os aspectos mais relevantes, por meio de "linguagem mais acessível". Essa fala evidencia a função do produto como instrumento de mediação, tornando os termos do edital mais compreensíveis ao público discente.

Outro(a) participante indicou que a "linguagem formal do edital se torna mais compreensível" após a mediação pelos "vídeos", uma vez que o material orienta sobre os procedimentos a serem realizados e possibilita que o estudante identifique, conforme seu perfil, os pontos que demandam maior atenção. Ainda que reconheça que dificuldades individuais sempre existirão, o(a) estudante considera que os vídeos suprem grande parte das dúvidas e funcionam como facilitadores no processo de inscrição.

No que se refere às dimensões operacionais, um(a) estudante destacou que os vídeos auxiliaram especificamente na anexação correta dos documentos, prevenindo "erros" e omissões no envio de "arquivos". De modo semelhante, outro(a) participante enfatizou a "redução das dificuldades" relacionadas ao acesso ao "sistema" e à compreensão da documentação exigida, ressaltando que o volume de informações e a linguagem técnica do edital costumam gerar dúvidas.

De maneira geral, os resultados evidenciam que o Produto Educacional contribuiu para minimizar barreiras linguísticas, procedimentais e operacionais no processo de inscrição, reafirmando sua pertinência enquanto estratégia de apoio à ampliação do acesso à política de assistência estudantil e ao fortalecimento da autonomia dos estudantes.

8.4. Considerações sobre o Produto Educacional

A partir do processo de elaboração e da avaliação realizada pelos estudantes que participaram da pesquisa, pode-se afirmar que o Produto Educacional alcançou os objetivos a que se propôs, uma vez que foi construído com base nas demandas evidenciadas ao longo da investigação e validado pelo público diretamente envolvido com o problema analisado. A apreciação dos (as) discentes, fundamentada em suas próprias experiências com o processo de inscrição na Assistência Estudantil, conferiu legitimidade ao material produzido, indicando sua pertinência, clareza e potencial formativo.

Nesse sentido, o Produto Educacional consolida-se como instrumento de orientação complementar, voltado à mediação das principais dificuldades identificadas, especialmente quanto à compreensão do edital, à organização da documentação e à utilização do sistema de inscrição.

Nessa direção, os(as) estudantes destacaram de forma bastante positiva a clareza e a acessibilidade da linguagem adotada nos vídeos. Segundo os(as) participantes, os materiais facilitaram o acesso às informações contidas no edital de Assistência Estudantil, tornando o conteúdo mais compreensível e menos intimidador. Ressaltaram que a linguagem utilizada foi clara, objetiva e de fácil entendimento, evitando termos excessivamente técnicos ou expressões complexas que, muitas vezes, dificultam a leitura do documento oficial.

Além disso, apontaram que o formato em vídeo tornou as orientações mais acessíveis quando comparadas à leitura exclusiva do edital, favorecendo uma compreensão mais dinâmica e didática. Os (as) discentes também afirmaram que as explicações apresentadas contribuíram significativamente para o entendimento do passo a passo da inscrição no sistema Cajuí, reduzindo dúvidas e inseguranças durante o processo.

Conforme propõe Kaplún (2003), toda comunicação educativa deve articular os eixos conceitual, pedagógico e comunicacional de forma integrada. A partir das respostas dos estudantes, observa-se que o Produto Educacional contemplou esses três eixos em sua construção. No plano conceitual, o material organizou conteúdos alinhados às principais dificuldades identificadas na pesquisa, especialmente quanto à compreensão do edital e ao processo de inscrição. No eixo pedagógico, a linguagem clara e acessível favoreceu a aprendizagem e dialogou com as

experiências e necessidades do público discente. Já no eixo comunicacional, o formato audiovisual mostrou-se eficaz ao estabelecer uma relação mais próxima entre a mensagem e os estudantes, tornando as informações mais compreensíveis e atrativas. A avaliação discente, portanto, evidencia a coerência do Produto Educacional com a perspectiva defendida por Kaplún (2003), ao integrar conteúdo, intencionalidade formativa e estratégias comunicativas adequadas ao seu público.

Nessa mesma perspectiva, Leite (2018) destaca cinco componentes necessários à produção de materiais educativos: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança da ação. Esses elementos constituem critérios relevantes para avaliar a qualidade e a efetividade de uma proposta comunicativa, pois contemplam desde o impacto inicial do material sobre o público até sua capacidade de promover reflexão e possíveis transformações de atitude.

À luz desses componentes, observa-se que, no que diz respeito à atração, o caráter objetivo das explicações e a organização em etapas favoreceram o interesse pelo conteúdo, reduzindo a sensação de complexidade associada ao processo de inscrição. Quanto à compreensão, a linguagem clara, direta e livre de termos excessivamente técnicos facilitou o entendimento da mensagem. Em relação ao envolvimento, o conteúdo dialogou diretamente com as experiências concretas dos estudantes no processo seletivo da Assistência Estudantil, reforçando a pertinência da abordagem adotada. No componente aceitação, a linguagem foi avaliada como acessível e alinhada ao perfil discente, demonstrando consonância entre forma, conteúdo e público. Por fim, no que se refere à mudança da ação, o Produto Educacional mostrou potencial para impactar a prática dos estudantes, ao orientá-los de maneira mais segura e autônoma no processo de inscrição, fortalecendo sua capacidade de participação.

Diante do exposto, as considerações apresentadas evidenciam que o Produto Educacional alcançou os objetivos propostos ao articular fundamentação teórica, escuta qualificada dos estudantes e intencionalidade formativa em uma proposta coerente com a realidade institucional. O material consolida-se não apenas como recurso informativo, mas como instrumento de mediação pedagógica que contribui para a ampliação do acesso à informação e para o fortalecimento das políticas de permanência estudantil, reafirmando o compromisso social da Educação Profissional e Tecnológica.

Por último, os roteiros dos vídeos que compõem o Produto Educacional serão disponibilizados como apêndice desta dissertação, com o objetivo de ampliar suas possibilidades de utilização e adaptação. Ressalta-se que tais roteiros poderão ser modificados conforme as especificidades e necessidades das instituições ou profissionais que desejarem empregá-los em seus próprios meios de comunicação.

Do mesmo modo, fica autorizada a utilização dos vídeos por instituições interessadas, desde que preservada sua finalidade educativa, a autoria dos vídeos, favorecendo sua circulação e potencial contributo para o fortalecimento das políticas de acesso e permanência estudantil.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa permitiram compreender que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes do IFNMG/Pirapora, no processo de inscrição e deferimento nos editais da Assistência Estudantil, não se reduzem a entraves pontuais ou meramente operacionais. Ao contrário, revelam barreiras informacionais, tecnológicas e comunicacionais que comprometem a efetivação do direito à permanência e ao êxito escolar na Educação Profissional e Tecnológica.

A investigação evidenciou que, mesmo em uma instituição cuja função social está vinculada à ampliação do acesso e à democratização da educação pública, ainda persistem desafios que impactam diretamente os sujeitos que mais necessitam da política, reafirmando a necessidade de estratégias institucionais mais acessíveis e transparentes.

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa emergiu da vivência profissional no IFNMG/Pirapora, onde atuo como Assistente de Alunos e integro a Comissão de Assistência Estudantil. No cotidiano de execução dos editais, tornaram-se recorrentes as dúvidas dos estudantes quanto aos requisitos exigidos, às etapas do processo seletivo e ao correto envio da documentação comprobatória. Tais dificuldades, observadas reiteradamente ao longo dos anos, não apenas inviabilizam a inscrição de parte dos discentes que potencialmente têm direito ao benefício, como também demandam esforço adicional da equipe responsável, que precisa conciliar o atendimento individualizado com a análise criteriosa das inscrições.

Esse cenário evidenciou a necessidade de compreender, de forma sistematizada e crítica, as causas e especificidades desses entraves, com vistas à proposição de estratégias capazes de minimizá-los ou superá-los, contribuindo para o fortalecimento e a efetividade da Política de Assistência Estudantil no âmbito institucional. No plano teórico, para sustentar as análises realizadas, fez-se necessário retomar o percurso histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, compreendendo suas transformações, disputas e redefinições ao longo do tempo.

Tal movimento possibilitou problematizar a concepção de educação integral e refletir sobre a histórica dualidade educacional que marcou a formação destinada às classes trabalhadoras, frequentemente separando formação geral e formação para o trabalho.

Além disso, tornou-se imprescindível situar a Assistência Estudantil no campo mais amplo das políticas públicas educacionais e sociais, entendendo-a como expressão de projetos societários em disputa e como instrumento de enfrentamento das desigualdades. Nesse percurso, também se destacou a trajetória dos movimentos estudantis e sociais, cujas lutas foram fundamentais para a ampliação de direitos e para a consolidação de políticas de acesso e permanência.

No âmbito do IFNMG/Pirapora, o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) configura-se como instrumento essencial de promoção da permanência e do êxito acadêmico, especialmente por meio do auxílio permanência. Destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o benefício oferece suporte financeiro para custear despesas básicas relacionadas à trajetória escolar, como alimentação, moradia, transporte e materiais acadêmicos. Mais do que um repasse monetário, o auxílio permanência constitui-se como política pública de caráter social e educacional, orientada pelo princípio da equidade, ao buscar reduzir desigualdades que impactam diretamente o percurso formativo dos discentes. No percurso investigativo delineado, a definição do objetivo geral conferiu direção e unidade às análises empreendidas, orientando a pesquisa pela necessidade de compreender, de forma sistematizada e crítica, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no processo de inscrição e deferimento nos editais da Assistência Estudantil.

Os dados obtidos evidenciam que tais dificuldades concentram-se, sobretudo, na linguagem e na complexidade dos editais, considerados excessivamente técnicos, bem como na divulgação e organização das informações no site institucional, descrito como confuso e de difícil navegação.

Soma-se a isso a insegurança no uso do sistema Cajuí, marcada pela ausência de confirmação clara do envio de documentos, necessidade de refazer etapas e instabilidades na plataforma. Esses elementos revelam que os obstáculos ultrapassam a dimensão operacional, indicando fragilidades na mediação comunicacional e digital da política.

A análise permitiu confirmar a hipótese inicial da pesquisa: as dificuldades

enfrentadas pelos estudantes não decorrem apenas de falhas individuais, mas de limitações estruturais na comunicação institucional e na forma como as informações são apresentadas e operacionalizadas. As recorrentes reclamações dos discentes evidenciam a necessidade de aprimorar as estratégias de divulgação e orientação, investindo em formas mais claras, acessíveis e amplamente disseminadas de apresentação dos editais, de modo a assegurar que a política alcance efetivamente seu público e cumpra sua função social.

Como resposta propositiva aos desafios identificados, foi elaborado um Produto Educacional constituído por seis vídeos curtos, objetivos e práticos, organizados com linguagem acessível aos estudantes. O material apresenta, de forma didática, cada etapa do processo de inscrição, utilizando exemplos explicativos, orientações passo a passo e recursos visuais que favorecem a compreensão das exigências previstas no edital.

O produto foi pensado como instrumento de apoio não apenas aos discentes, mas também às famílias e aos servidores envolvidos na execução da política, fortalecendo a mediação comunicacional e contribuindo para maior transparência e efetividade no âmbito do IFNMG/Pirapora.

Diante do exposto, este trabalho não esgota a discussão acerca das dificuldades de acesso e efetivação da política de Assistência Estudantil. Ao contrário, busca contribuir para o aprofundamento do debate sobre os desafios que ainda permeiam a garantia do direito à permanência na Educação Profissional e Tecnológica, reconhecendo que a complexidade do tema exige investigações contínuas, revisões institucionais permanentes e o fortalecimento de práticas cada vez mais democráticas, transparentes e inclusivas.

REFERÊNCIAS

ABAD, Alberto. Resenha: “Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos”, de Leonardo Secchi. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v.2, n.2, Dezembro/2017, pp. 168-175.

ANTUNES, Keila Cristina Pinheiro. **Programa de Assistência Estudantil e a sua materialização no Instituto Federal de Mato Grosso Do Sul: uma proposta de produto educacional voltado aos estudantes do Ensino Médio Integrado - Campo Grande-MS**, 2021.

ARAUJO, Bruno Rodrigo Tavares *et al.* **Políticas públicas para educação profissional e tecnológica no Brasil—breves notas**. Caderno Pedagógico, v. 21, n. 1, p. 2818-2832, 2024.

BACK, Larissa Brand. **Assistência estudantil: da formalização aos desafios na consolidação do direito**. Educação Online, v. 14, n. 30, p. 32-52, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, v. 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15/10/2024.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15/10/2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 14/10/2024.

BRASIL. **Lei 14.914, DE 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.914-de-3-de-julho-de-2024-569928638>. Acesso em: 27/01/2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/pnaes>. Acesso em: 19/02/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>. Acesso em: 26/04/2025

CASTRO, Cloves; PLÁCIDO, Reginaldo; MEDEIROS, Ivonete. **Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. Metodologias e aprendizado**, v. 6, p. 516-533, 2023.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada. **A Escola e o Trabalho como Lugares de Memória e de Identidade. Trabalho Necessário**, ano, v. 3, 2005.

DERANI, Cristiane. **Política pública e a norma política**. Revista da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n.41, p.19-28, jul. 2004.

DESLANDES, Suely Ferreira. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A gênese do decreto N. 5.154/2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita**. Revista Trabalho Necessário, v. 3, n. 3, 2005.

GARCIA, Adilso de Campos *et al.* **Educação profissional no Brasil: origem e trajetória**. Revista Vozes dos Vales, v. 12, p. 1-18, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOHN, M. da G. **Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil**. *SER Social*, [S. l.], v. 15, n. 33, p. 301-311, 2013. DOI: 10.26512/ser_social.v15i33.13049.

GOMES, Maria Elasir S.; BARBOSA, Eduardo F. **A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos**. Revista Educativa, v. 1, n. 7, p. 24-29, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/pirapora.html>. Acesso em: 16/10/2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – **IFES**. Regulamento Geral do ProfEPT. Disponível em: <https://profep.ifes.edu.br/regulamentoprofep/16478-regulamento2023>. Acesso em: 15/10/2024.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – **IFNMG**. Assistência Estudantil. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil>. Acesso em: 06/03/2025.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – **IFNMG**. Assistência Estudantil – Editais Campus Pirapora. Disponível em:

<https://www.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil-pirapora/editais>. Acesso em: 13/03/2025.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – **IFNMG**. Cursos Técnicos do Campus Pirapora. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/cursos-pir/tecnicos>. Acesso em: 17/10/2024.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – **IFNMG**. Cursos Superiores do Campus Pirapora. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/cursos-pir/superiores>. Acesso em: 17/10/2024.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – **IFNMG**. Funcionalidades do Sistema Acadêmico Cajuí. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/formacao-continuada-para-ept/sistema-cajui>. Acesso em: 02/02/2026.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – **IFNMG**. Histórico do Campus Pirapora. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/menu-pirapora/historico-do-campus>. Acesso em: 16/10/2024.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – **IFNMG**. O IFNMG lançará o Cajuí, o novo sistema acadêmico dos cursos superiores. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/mais-noticias-portal/360-portal-noticias-2017-1/15257-ifnmg-lancara-o-cajui-o-novo-sistema-academico-dos-cursos-superiores>. Acesso em: 30/01/2026.

JESUS, Jacqueline Alves. **Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES nos Institutos Federais de Educação**: um Estudo da Metodologia de Implementação do IFNMG. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Acesso em: 10/12/2024.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, n. 27, p. 46-60, 2003.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. Espírito Santo: **Investigação Qualitativa em Educação**. V1. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e pesquisa, v. 38, p. 13-28, 2012.

MAGALHÃES, Edilson de Oliveira. **Garantia do Direito à Educação**: A Lei de cotas e a persistência da desclassificação no IFNMG/Campus Januária. Orientadora: Iza Manuella Aires Cotrim Guimarães. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional) - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Campus Montes Claros, 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas. São Paulo, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Editora Vozes, 2011.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 03, p. 705-720, 2013.

OLIVEIRA, Julipe de Cássia Dias de. **Assistência estudantil no IFNMG - campus Almenara: desafios da execução do auxílio permanência do programa de assistência e apoio ao estudante.** Orientadora: Roberta Pereira Matos. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional) - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Campus Montes Claros, 2024.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** 2010.

QUEIRÓS, Bruna Tatianne Moura de. **O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO AOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO IFNMG-CAMPUS ALMENARA: um estudo sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Orientador: Wellington de Oliveira. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão de Instituições Educacionais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus Diamantina, 2015.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado.** In: *Ensino médio integrado: concepção e contradições.* São Paulo: Cortez, p. 106-127, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v.5, nº 05, p. 13-24, 2014.

RICCI, Rudá Guedes. **Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais.** Saúde em Debate, v. 42, p. 90-107, 2018.

ROSINKE, João Germano *et al.* **A Participação dos Institutos Federais na interiorização da educação superior presencial no Brasil.** 2020.

SANTOS, F. M. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin.** Revista Eletrônica de Educação, v. 6, n. 1, p. 383-387, 2012.

SANTOS, Ralph José Neves dos. **A trajetória de desenvolvimento do município de Pirapora (MG): dos vapores ao turismo.** 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica e BNCC/Demerval Saviani.** – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2025.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** Sociedade e estado, v. 21, p. 109-130, 2006.

SILVA, CARMEM BETTY BATISTA DA. **GUIA ORIENTATIVO ENQUANTO FERRAMENTA PARA AUXILIAR ESTUDANTES NA COMPREENSÃO DOS EDITAIS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**. Orientador: Dr. Arnaldo Pinheiro Mont'Alvão Júnior. 2021.

Dissertação (Mestrado Profissional)– Instituto Federal de Mato Grosso do Sul-IFMS, Campus Campo Grande, 2021.

SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. **Acesso e permanência em desproporção**: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Revista Agenda Política, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 166–192, 2018. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/208>.

Acesso em: 4 fev. 2026.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In:_____. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 133-155, 2007.

SOUZA, V.; BARBOSA, X. de C. . **INCLUSÃO EXCLUDENTE? DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 21, n. 62, p. 65–94, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.14903240. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/6590>. Acesso em: 30 jan. 2026.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa, v. 133, 1987.

UNE – União Nacional dos Estudantes. **História**. Disponível em: <https://www.une.org.br/memoria/historia/>. Acesso em: 20/02/2025.

APÊNDICE A: Questionário do Grupo Focal

Bom dia a todos e todas! Obrigado por aceitarem participar deste grupo focal. Hoje queremos ouvir suas experiências com os editais da Assistência Estudantil aqui no IFNMG/Pirapora. A pesquisa “O Silêncio dos Editais: diagnóstico das dificuldades de acesso à Informação para inscrição e deferimento em editais da Assistência Estudantil” já apontou que muita gente esbarra na diversidade dos arranjos familiares na sociedade atual e o trabalho precarizado que muitos enfrentam, tornam o processo repleto de dúvidas e confusões em relação ao rol de documentação solicitada, principalmente quando envolve trabalhadores informais, membros da família que não possuem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), comprovação da existência de união estável e outros.

Para começar, convidamos cada um a comentar, em poucas palavras: qual foi o principal obstáculo que você encontrou — ou que viu colegas encontrarem — ao tentar se inscrever ou ter o pedido deferido? Não há respostas certas ou erradas; quanto mais detalhadas e sinceras forem as suas percepções, mais poderemos transformar esses dados em melhorias reais.

Após essa introdução foram selecionadas as seguintes perguntas para a discussão: Como vocês costumam ficar sabendo que um novo edital de Assistência Estudantil foi publicado?

Quais partes do edital (linguagem, requisitos, prazos) geram mais dúvidas ou insegurança?

Em que momentos do processo de inscrição vocês sentiram falta de orientação ou apoio?

Quais ferramentas ou canais (site, redes sociais, murais, e-mail) funcionam melhor — e quais menos — para acompanhar a inscrição?

Que dificuldades técnicas (internet, equipamentos, plataformas on-line) mais atrapalharam o envio dos documentos?

Como vocês avaliam a comunicação da comissão de Assistência Estudantil sobre o deferimento ou indeferimento dos pedidos?

De que forma a melhora no acesso à Assistência Estudantil poderia impactar a permanência e o desempenho acadêmico de vocês ou de seus colegas?

Nessa questão em que vocês mencionaram que, de modo geral, os prazos são razoáveis, gostaria de saber: em qual momento vocês sentiram falta de orientação ou apoio por parte da comissão ou da própria instituição?

A comissão faz os plantões. Vocês ficam sabendo desses plantões?

Como vocês avaliam a comunicação da comissão de Assistência Estudantil sobre o deferimento ou indeferimento dos pedidos?

Vocês já acessaram uma cartilha que tem lá?

Em algum dos editais, vocês deixaram de ser contemplados por causa de pendências ou falta de documentação?

No próprio corpo do edital, no texto mesmo do edital, vocês acham que alguma coisa poderia ser modificada, para além da linguagem que vocês falaram que não pode ser muito técnica na forma de escrita, na forma de trazer as informações?

Nenhum de vocês é calouro, certo? Já estão na escola há bastante tempo. Considerando desde o primeiro edital até os mais recentes, vocês percebem que as dificuldades diminuíram ou aumentaram? Essa diferença pode estar relacionada ao tempo que vocês têm na instituição, ou seja, à maior familiaridade com a linguagem e os processos dos editais?

Que mudanças simples, na opinião de vocês, deixariam o edital mais claro e o processo mais acessível?

APÊNDICE B: Formulário de Avaliação dos Vídeos sobre a Assistência Estudantil-IFNMG/Pirapora - Estudantes IFNMG/Pirapora

Este questionário tem como objetivo avaliar uma série de vídeos explicativos sobre o processo de inscrição na Assistência Estudantil do IFNMG/Pirapora.

Público-alvo: Estudantes do IFNMG/Pirapora

Produto avaliado: Série de vídeos sobre o processo de inscrição na Assistência Estudantil.

* Indica uma pergunta obrigatória

1 - Você concorda em participar desta pesquisa de forma voluntária?

Marcar apenas uma opção.

Sim

Não Pular para a seção 3 (AGRADECIMENTOS)

Orientação para as respostas

Após assistir aos vídeos, leia com atenção cada afirmação e marque a alternativa que melhor representa sua opinião.

Escala de respostas (questões de 1 a 5):

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Nem concordo nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

2 - Os vídeos facilitaram meu acesso às informações sobre o edital de Assistência Estudantil.

Marcar apenas uma oval.

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Nem concordo nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

3 - A linguagem utilizada nos vídeos foi clara e fácil de entender.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

4 - As explicações dos vídeos evitaram o uso de termos difíceis ou linguagem muito técnica.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

5 - O formato em vídeo tornou as informações mais acessíveis do que apenas a leitura do edital.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

6 - Os vídeos ajudaram a entender melhor o passo a passo da inscrição no sistema CAJUÍ.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

7 - Na sua experiência, quais dificuldades relacionadas ao entendimento do edital ou ao processo de inscrição na Assistência Estudantil foram reduzidas após assistir aos vídeos? Explique.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a você pela participação!

Sua contribuição foi muito importante para a concretização dessa pesquisa, que visa também colaborar para o aperfeiçoamento dos processos no IFNMG.

Muito obrigado!

APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA - TCLE

Título da pesquisa: O SILÊNCIO DOS EDITAIS: diagnóstico das dificuldades de acesso à Informação para inscrição e deferimento em editais da Assistência Estudantil

Instituição promotora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte Minas Gerais – IFNMG

Instituição onde será realizada a pesquisa: Instituto Federal do Norte Minas Gerais – IFNMG Campus Pirapora

Pesquisadores responsáveis: Éder Mendes Pinto

Endereço e telefone dos pesquisadores: Endereço: Rua Emídio Magalhães Freire nº 62ª Bairro: Industrial, CEP: 39.272-002 Pirapora/MG. Pesquisador responsável: Eder Mendes Pinto-(38)999283596

Endereço e telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da Unimontes: Pró-Reitoria de Pesquisa - Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CEP da Unimontes, Av. Dr. Rui Braga, s/n - Prédio 05- 2º andar. Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro. Vila Mauricéia, Montes Claros, MG. CEP: 39401-089 - Montes Claros, MG, Brasil.

Atenção: Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que você leia e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos. Este termo descreve o objetivo, metodologia/ procedimentos, benefícios, riscos, desconfortos e precauções do estudo. Também descreve os procedimentos alternativos que estão disponíveis e o seu direito de interromper o estudo a qualquer momento. Nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

1. **Objetivo:** Investigar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para realizar a inscrição e obter o deferimento no edital de Assistência Estudantil no IFNMG/Pirapora.
2. **Metodologia/procedimentos:** Os métodos utilizados para desenvolver o estudo serão a pesquisa qualitativa e descritiva. Serão empreendidas as pesquisas bibliográficas e de campo, como procedimentos para a revisão de literatura. Como instrumento recorrerá a execução de um grupo focal abordando questões acerca da temática. A análise de conteúdo orientará a interpretação crítica dos dados. O produto educacional é um guia educativo audiovisual, desenvolvido para orientar e esclarecer as dúvidas dos estudantes sobre o processo de inscrição nos editais de Assistência Estudantil do IFNMG/Pirapora. O guia terá vídeos curtos e apresentará uma linguagem acessível, assegurando que os alunos compreendam cada etapa do processo de forma clara e objetiva. O principal objetivo é facilitar o acesso às informações necessárias para a inscrição nos editais, reduzir dificuldades e promover a inclusão dos estudantes. O propósito deste trabalho é investigar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes do IFNMG/ Pirapora no acesso às informações necessárias para a inscrição e o deferimento em editais da Assistência Estudantil. A partir da escuta qualificada dos discentes e da análise crítica das práticas de comunicação institucional, busca-se diagnosticar os fatores que comprometem a efetividade das ações afirmativas voltadas à permanência estudantil.
3. **Justificativa:** No contexto educacional brasileiro, é reconhecida a importância de políticas de assistência estudantil como ferramentas estratégicas para garantir a permanência e o êxito dos estudantes, especialmente em regiões marcadas por desigualdades sociais e econômicas. O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) é uma instituição que desempenha um papel importante na promoção da educação pública e gratuita ao oferecer oportunidades de formação profissional e tecnológica para jovens e adultos de toda a microrregião de Pirapora. O campus Pirapora oferece vários programas que buscam atender as demandas dos alunos vulneráveis socialmente, no entanto, o mais procurado é o de Assistência e Apoio aos Estudantes (PAAE). Este programa, oferece auxílios financeiros que são classificados em: a) Auxílio Permanência I, Auxílio Permanência II e Auxílio Permanência III. Contudo, observa-se que o processo de inscrição e seleção do edital de assistência estudantil apresenta

desafios significativos para os discentes. Entre os problemas identificados acredita-se que estejam relacionados às dificuldades diversas que os discentes têm de acessar as informações do edital, as barreiras relacionadas ao uso das tecnologias digitais e a complexidade dos nomes técnicos que o edital possui. Nesse contexto, ressaltamos que muitos estudantes desistem de realizar a inscrição devido às dificuldades relacionadas à obtenção dos documentos exigidos e aqueles que conseguem se inscrever, mas com pendências, muitas vezes desanimam ao longo do processo de regularização. Pensando nisso, este estudo possui relevância social e institucional inegáveis. A importância institucional está diretamente ligada à melhoria dos fluxos internos e à eficiência administrativa do IFNMG/Pirapora, dado que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes serão mapeadas e o estudo poderá subsidiar a gestão na elaboração de estratégias que otimizem a comunicação e o suporte oferecido aos alunos, bem como potencializam os impactos positivos da assistência estudantil.

4. Benefícios: O desenvolvimento desta pesquisa poderá identificar os principais pontos críticos e propor soluções que possam ser aplicadas não apenas no contexto local, mas também em outros campi do IFNMG. A criação de produtos educativos, como o desenvolvimento de um guia educativo audiovisual, que explique de forma clara e acessível o processo de inscrição, é uma ação de inovação que dialoga diretamente com os desafios contemporâneos da educação inclusiva e tecnológica. Este projeto também possui implicações mais amplas para a formulação de políticas públicas no âmbito da assistência estudantil, pois evidenciará as barreiras que dificultam o acesso aos auxílios e proporá alternativas viáveis e replicáveis. Além disso, o estudo tem o ensejo de contribuir para debates mais aprofundados sobre a efetividade e a inclusão nos programas de assistência estudantil em todo o Brasil. Diante dessa perspectiva, é importante destacar que políticas públicas consistentes desempenham um papel significativo na compreensão da relevância da educação, como uma ferramenta para promover a transformação social e superação das desigualdades educacionais enfrentadas pela população menos favorecida economicamente.

5. Desconfortos e riscos: Pode-se apontar como possíveis riscos decorrentes desta pesquisa, alterações comportamentais, como vergonha, desconforto, estresse, aborrecimento, constrangimento, mudanças na autoestima, estigmatização e sentimentos provocados pela ativação de lembranças ou pela percepção de

exposição pessoal. Diante dessas possibilidades, será garantido aos participantes o direito de decidir, a qualquer momento, sobre sua permanência na atividade, assegurando-se o respeito absoluto à sua autonomia, conforme os princípios éticos da pesquisa com seres humanos. Para preservar a integridade emocional dos envolvidos, será criado um ambiente seguro e acolhedor, onde todos possam se expressar com liberdade e respeito mútuo. No início do encontro, o pesquisador fará uma orientação clara e objetiva aos participantes sobre o compromisso com o sigilo e a confidencialidade das informações compartilhadas, reforçando: Quero lembrar a todos que este é um espaço seguro e sigiloso. Tudo o que for dito aqui será tratado com total confidencialidade. Nenhum nome será divulgado, e todas as informações utilizadas na pesquisa serão anonimizadas. Peço também que cada um de vocês colabore para que o que for discutido permaneça apenas neste espaço, em respeito à privacidade e à vivência de cada colega. Essas medidas visam garantir não apenas a ética e o respeito à dignidade dos participantes, mas também a credibilidade e a responsabilidade do estudo em todas as suas etapas.

6. Danos: Serão evitados danos, já que para que uma pesquisa seja considerada ética, deve atender aos princípios da autonomia, respeito à dignidade humana, beneficência (máximo de benefícios e mínimo de riscos e danos), não maleficência (danos preveníveis serão evitados), justiça e equidade (relevância social da pesquisa e garantias iguais aos participantes da mesma). A pesquisa tem por finalidade maximizar possíveis benefícios, minimizando prejuízos, desconfortos, e riscos. Exemplo: Em relação aos danos, podemos indicar que para alguns participantes, participar ativamente de grupos focais pode gerar algum estresse ou cansaço psicológico, por exemplo. Nesse caso, os participantes serão conscientizados acerca da importância de participar das atividades propostas e informados que sua participação é voluntária.

7. Metodologia/procedimentos alternativos disponíveis: Um procedimento alternativo disponível é a aplicação das questões no formato de um questionário com questões abertas.

8. Confidencialidade das informações: Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações pessoais obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

9. Compensação/indenização: Informamos que, caso algum dano seja sofrido, será reparado pelo pesquisador, conforme a Resolução na 466/12 no item “II.7 – indenização – cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa”.

10. Outras informações pertinentes: É fundamental salientar que a pesquisa tenciona aprimorar o acesso ao programa de assistência estudantil, abordando ações que favorecem tanto a entrada quanto a permanência dos estudantes em uma educação integrada. Como consequência, ampliam-se suas perspectivas no mundo do trabalho e a qualidade de vida deles e de suas comunidades, representando um passo adiante rumo a uma sociedade mais igualitária. Além disso, o estudo servirá como material de consulta para investigações futuras, reforçando a importância de desenvolver políticas educacionais mais adequadas às particularidades do público beneficiado pela assistência estudantil.

11. Consentimento: Li e entendi as informações precedentes. Tive oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, indicando meu consentimento para participar nesta pesquisa, até que eu decida o contrário. Receberei uma via assinada deste consentimento.

Nome completo do (a) participante
_____/_____/_____
Assinatura Data

Nome do pesquisador responsável pela pesquisa
_____/_____/_____
Assinatura Data

APÊNDICE D: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA - TALE

(Deve ser escrito em linguagem acessível ao menor/participante/legalmente incapaz. Evitar termos rebuscados, difíceis de entender)

Eu, Eder Mendes Pinto, coordenador da pesquisa “O SILÊNCIO DOS EDITAIS: diagnóstico das dificuldades de acesso à Informação para inscrição e deferimento em editais da Assistência Estudantil”, convido você a participar do estudo.

Este estudo tem o objetivo de investigar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para realizar a inscrição e obter o deferimento no edital de Assistência Estudantil no IFNMG Campus-Pirapora.

Nele realizaremos uma pesquisa qualitativa e descritiva, com revisão bibliográfica e aplicação de grupo focal com estudantes do IFNMG-Campus Pirapora. O grupo focal é uma técnica de coleta de dados que consiste em uma conversa orientada com um pequeno grupo de participantes, possibilitando a escuta sobre suas experiências e percepções. Essa ação tem um tempo médio de duração de 45 minutos e abordará as dificuldades enfrentadas no processo de inscrição nos editais de Assistência Estudantil.

Podemos apontar como possíveis riscos decorrentes desta pesquisa, alterações comportamentais, como vergonha, desconforto, estresse, aborrecimento, constrangimento, mudanças na autoestima, estigmatização e sentimentos provocados pela ativação de lembranças ou pela percepção de exposição pessoal. Diante dessas possibilidades, será garantido aos participantes o direito de decidir, a qualquer momento, sobre sua permanência na atividade, assegurando-se o respeito absoluto à sua autonomia, conforme os princípios éticos da pesquisa com seres humanos. Para preservar a integridade emocional dos envolvidos, será criado um ambiente seguro e acolhedor, onde todos possam se expressar com liberdade e respeito mútuo. No início do encontro, o pesquisador fará uma orientação clara e objetiva aos participantes sobre o compromisso com o sigilo e a confidencialidade das informações compartilhadas, reforçando: Quero lembrar a todos que este é um espaço seguro e sigiloso. Tudo o que for dito aqui será tratado com total confidencialidade. Nenhum nome será divulgado, e todas as informações utilizadas na pesquisa serão anonimizadas. Peço também que cada

um de vocês colabore para que o que for discutido permaneça apenas neste espaço, em respeito à privacidade e à vivência de cada colega. Essas medidas visam garantir não apenas a ética e o respeito à dignidade dos participantes, mas também a credibilidade e a responsabilidade do estudo em todas as suas etapas.

Sua participação nesse estudo terá como benefícios identificar os principais pontos críticos e propor soluções que possam ser aplicadas não apenas no contexto local, mas também em outros *campi* do IFNMG. a criação de produtos educativos, como o desenvolvimento de um material educativo audiovisual que explique de forma clara e acessível o processo de inscrição, é uma ação de inovação que dialoga diretamente com os desafios contemporâneos da educação inclusiva e tecnológica. Este projeto também possui implicações mais amplas para a formulação de políticas públicas no âmbito da assistência estudantil, pois evidenciará as barreiras que dificultam o acesso aos auxílios e proporá alternativas viáveis e replicáveis. Além disso, o estudo tem o ensejo de contribuir para debates mais aprofundados sobre a efetividade e a inclusão nos programas de assistência estudantil em todo o Brasil. Diante dessa perspectiva, é importante destacar que políticas públicas consistentes desempenham um papel significativo na compreensão da relevância da educação, como uma ferramenta para promover a transformação social e superação das desigualdades educacionais enfrentadas pela população menos favorecida economicamente.

Assentimento é um termo que nós, pesquisadores, utilizamos quando convidamos uma pessoa da sua idade (criança ou adolescente) para participar de um estudo. Depois de compreender do que se trata e se concordar em participar você pode assinar este documento. Asseguro que você terá todos os seus direitos respeitados e receberá todas as informações sobre o estudo, por mais simples que possam parecer.

Pode ser que este documento denominado “Termo de Assentimento Livre e Esclarecido” contenha palavras que você não entenda. Por favor, nos peça para lhe explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Seu nome ou qualquer outro dado pessoal que lhe identifique não serão divulgados.

Você não terá nenhuma despesa e, também, não receberá qualquer remuneração pela participação neste estudo. Mas, se você sofrer qualquer tipo de

dano resultante de sua participação no estudo, previsto ou não aqui, você tem direito à indenização.

Os dados obtidos serão analisados e publicados, mas nenhum nome dos participantes será divulgado, sendo mantido o anonimato.

Se você ou seus responsáveis tiverem dúvidas com relação a esse estudo vocês devem entrar em contato comigo, Eder Mendes Pinto pelo telefone (38)999283596 e/ou E-mail eder.pinto@ifnmg.edu.br ou no endereço Rua Emídio Magalhães Freire n° 62ª Bairro: Industrial, CEP: 39.272-002 Pirapora/MG.

Se você não se sentir confortável em participar, fique à vontade para dizer **NÃO** e estará tudo bem. Se em algum momento não tiver mais interesse em participar da pesquisa, pode pedir para seus pais ou responsáveis comunicarem sobre isso a mim.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Entendi que posso dizer “sim” e participar desse estudo, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém ficará chateado comigo.

O(a) pesquisador(a) tirou minhas dúvidas, conversou com os meus responsáveis e eles, também, assinaram um Termo de Consentimento para minha participação.

Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, em 02 (duas) vias iguais, indicando meu consentimento para participar nesta pesquisa, até que eu decida o contrário. Recebi uma via assinada deste consentimento.

Nome do(a) participante **Assinatura do(a) participante** **Data**

Nome do(a) pesquisador(a) **Assinatura do(a) pesquisador(a)** **Data**

ENDEREÇO DO PESQUISADOR: Rua Emídio Magalhães Freire, n° 62ª Bairro: Industrial, CEP: 39.272-002 Pirapora/MG.

TELEFONE: (38) 99928-3596

**ENDEREÇO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIMONTES: Campus
Universitário “Professor Darcy Ribeiro” – Reitoria – Prédio 05 Caixa Postal Nº
06 – Montes Claros/ MG – CEP: 39.401-089 www.unimontes.br – e-mail:
comite.etica@unimontes.br Telefone: (38) 3229-8182**

Obs: Rubricar todas as páginas e assinar a última página.